

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 4

Abril de 1922

Ano LXXIV

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS
Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

Glória aos Mortos

Nas efemérides da intervenção militar de Portugal na Grande Guerra destaca-se o *9 de Abril*, dia da *Batalha do Lys*, assim chamada pelo valoroso oficial português, que superiormente comandou as nossas tropas no centro atacado pela avalanche teutónica, o Sr. General Gomes da Costa. O estado maior britânico ficar-lhe-ha chamando a *Batalha de Armientiéres*, pois que em torno desta cidade, já quasi destruida, se travaram com as suas forças os combates mais violentos.

Foi no sector português, guarnecido havia um ano pelos nossos soldados, que incidiu o principal esforço do atacante. Os objectivos certos do inimigo, nesta sua nova ofensiva, eram Boulogne-sur-Mer e Calais, que mais facilmente seriam alcançados abrindo a brécha nas trincheiras aliadas confiadas à gloriosa divisão portuguesa em 1.^a linha. Esta divisão reduzida nos seus efectivos, com os seus quadros desfalcados, depauperada fisicamente por uma longa permanência nessa vida exaustiva das trincheiras e deprimida moralmente pela activa campanha derrotista, que os detentores do Poder criminosamente consentiam, cumpriu galhardamente o seu dever. O brio da Raça, as virtudes ancestrais do nosso Povo surgiram bem alto nessa manhã de névoa, de metralha e de fogo, cuja impressão ficará indelevel nos seus heroicos sobreviventes ou no espirito de quem, como o autor destas linhas, foi como-vindo espectador, porque mais não impunha ou até impedia o dever militar, dessa fornalha tremenda, braseiro imenso que devorava vidas e donde os espiritos se elevavam na grandeza dum magnifico sacrificio.

Passados quatro anos, na reflexão e na quiétude do nosso gabinete de trabalho, sentimos a emoção dessas longas horas dum contínuo bombardeamento, que com a sua barragem vastíssima e aniquiladora, abria o caminho ás auto-metralhadoras e á infantaria. Não pretendemos neste artigo fazer o estudo estratégico-táctico da *Batalha do Lys*. É nosso intuito simplesmente prestar a homenagem do nosso maior respeito pelos heroicos actores dessa refulgente página da nossa História Militar e a homenagem da nossa mais profunda veneração pelos Gloriosos Camaradas Mortos durante a Grande Guerra em Angola, em França, em Moçambique, no Ar e no Mar, marinheiros e soldados, que deram as suas vidas para perpetuar o magnifico Esforço da Raça.

A acção de 9 de Abril, em que as nossas tropas sofreram o embate tremendo duma superioridade numérica esmagadora, não foi uma derrota. Esta verdade sentimo-la durante a tarde desse dia, durante a noite inolvidavel, que se lhe seguiu, em que recebemos as primeiras impressões dos poucos combatentes, que conseguiram retirar, já substituídos por tropas aliadas. Vinham altivos e orgulhosos do *Seu Dia*, contavam os episódios desse batalhar incessante. Se os homens, infelizmente, muitas vezes, mentem, aquêles *Homens*, naquele momento, Herois, que surgiam em beleza dum inferno de ferro e de fogo, não faltavam á Verdade. Na febre da sua agitação, no tumultuar dessas visões, que durante longas horas foram o nervosismo da sua existência, contavam na exaltação da sua Glória os episódios a que tinham assistido. Diziam a energia dos seus Camaradas caídos mortos, arrancados prisioneiros, resistindo até ao último alento.

Passados quatro anos, conhecidos os factos e reflectidos nas suas minucias, o Exército Português pode afirmar orgulhosamente perante a Nação, que a *Divisão Portuguesa*, que o representou na *Batalha do Lys*, cumpriu gloriosamente a sua missão, honrou as tradições de heroismo, que a nossa história secular regista. Na vespera de ser rendida, surpreendida por uma ofensiva, que o adversário desencadeava com a habitual violência, a *Divisão Portuguesa*, em missão de vigilância, resistiu, demorou as tropas inimigas, permitiu a chegada de reforços e o avanço das divisões alemãs no sector, que as tropas portuguesas defendiam, foi consideravelmente menor,

do que a ofensiva de março sôbre Amiens ou do que a ofensiva, que se lhe seguiu em maio, sôbre Soissons.

A nossa missão táctica em 9 de Abril era pouco brilhante, mas a cedência de menos duma dezena de quilómetros, não representou uma vitória para a ofensiva alemã longamente preparada, dispondo de armamento e de efectivos muito superiores. É isto, que devemos afirmar, exaltando os nossos gloriosos combatentes do 9 de Abril e lembrando essa resistência heroica de LACOUTURE, onde um punhado de bravos do 13 e do 15, os regimentos de Vila Real e de Tomar, resistiu durante mais de 24 horas e só se rendeu sob condição, quando se viu cercado e se tornou impossível a vinda de reforços. Os restos dessa antiga aldeia da Flandres Francesa, hoje possivelmente reconstruída e os seus alicerces cimentados com o nobilíssimo sangue dos nossos valentes, tiveram como parapeito êsses corações altivos, que mantiveram a honra militar do nome português.

*
* *

A data de 9 de Abril é a expressão simbólica do valor, energia e tenacidade dos marinheiros e soldados da República Portuguesa. Êsses bravos partiram sem uma hesitação, deixaram as suas aldeias e os seus lares; fôram para Angola, Moçambique ou França e escoltaram os transportes das nossas tropas, com a perfeita intuição do cumprimento do seu maior dever cívico,

Igualaram, excederam por vezes, os actos mais brilhantes de resolução, de perseverança e de abnegação, que a história da Grande Guerra, fonte de poderosas energias morais, assinala.

A data de 9 de Abril, escolhida entre outras, que a nossa epopeia contemporânea regista, significa a comemoração dêste notável facto histórico, que foi a intervenção no prodigioso conflito donde fatalmente resultariam profundas transformações no mapa político do mundo. Sentimos a afronta á civilização, que o espesinhar dos tratados significava; mantivemo-nos no respeito duma velha aliança; mas, principalmente, compreendemos a nossa situação internacional, resultante duma

posição geográfica excepcional, que nos impedia uma neutralidade digna e nos impunha a afirmação de que ambicionávamos manter íntegra a magnífica herança, que nos coloca ao lado dos principais Estados coloniais.

A Batalha do Lys não faz esquecer, rememora, torna mais viva a lembrança de tantos outros nomes e datas, que enaltecem a Marinha e o Exército. Os *raids*, que as nossas tropas realizaram nas trincheiras brancas de neve, nessas noites gloriosas da Flandres, as ousadas patrulhas dos nossos resolutos e valorosos soldados, os nomes: de Naulila, Dirico, Cuangar, Mongua, N'Giva, em Angola; de Serra M'Kula, Negomano, Sucumbiro Oisulo, Kionga e Nevala, em Moçambique; os torpedamentos do *Roberto Ivens* e do *Augusto de Castilho*, no Mar; os episódios sucedidos no Ar com os nossos gloriosos Camaradas Azerêdo de Vasconcelos e Monteiro Torres, são façanhas, que êsse dia 9 de Abril, nos seus dois minutos de silêncio, evoca, impondo-nos a obrigação moral de as tornar respeitadas.

*

*

*

Milhares de vidas dos nossos mais prestantes Camaradas foram ceifadas nessa terrível voragem. É a consequência fatal da guerra.

Êsses mortos são os valores morais, que dignificam as Nacionalidades.

Os *Mortos* gloriosos, que o destino escolheu, martires do Heroísmo da Raça, são os nobilíssimos exemplos que tornam eternas as Nacionalidades. São êles, os Santos que têm os seus lugares no *Altar da Pátria*, que com a sua heroica abnegação, calcando o egoísmo depressor de todas as energias, criam a alma colectiva, que define as tradições seculares da Nacionalidade. Êsses *Mortos* não se lamentam! As lágrimas das Mães e das Esposas, das Noivas e dos Irmãos são lágrimas de santo orgulho por terem dado parte do seu coração pelo Bem da Colectividade! Êsses *Mortos* exaltam-se e no seu exemplo é que a Nacionalidade procura os incentivos que a perpétuam. Glória aos Mortos!

HENRIQUE PIRES MONTEIRO.

Tenente Coronel do C. E. M.

A instrução provisória sobre o serviço em campanha da artilharia francesa

Conclusão

— As posições dos órgãos de remuniciamento e do escalão devem satisfazer ás seguintes condições gerais: Terem fácil comunicação com as baterias; estarem fóra da zona dos fogos densos da artilharia inimiga; estarem próximos de estradas, ou de caminhos; terem saídas fáceis em diversas direcções; terem água próxima. Os armões ou tractores estão em geral, junto dos escalões. Os reconhecimentos deverão ser effectuados, tanto quanto possível, no terreno; mas, em caso de impossibilidade, os dos comandantes da artilharia de exército, de corpo de exército ou da artilharia pesada de corpo de exército, podem em parte ser feitos sobre a carta.

Em seguida ao reconhecimento, cada comandante determina: a zona de terreno a ocupar pelas unidades que lhe estão subordinadas; a situação dos observatórios; os sectores de tiro; os projectos de comunicações telefónicas, ópticas e ciclistas; a organização do remuniciamento (escalões, colunas ligeiras, armões ou tractores); o P. C. do grupo; condições de ocupação da posição.

Os *comandantes de bateria* reconhecem ou determinam: os objectivos; as posições de tiro das peças; o local do observatório; os caminhos para a posição; o modo de ocupação desta; disposição, no terreno, das munições, artificios e trabalhos a efectuar.

Os trabalhos de reconhecimento realizam-se em todos os escalões e todo o chefe deve informar os escalões subordinados, facilitando-lhes assim os seus reconhecimentos; inversamente, todo o subordinado deve, não só completar as informações que lhes tiverem sido dadas, mas obter as informações de ordem geral uteis aos chefes, e comunicar-lhas o mais rapidamente possível, assim como ás unidades contiguas.

Num quadro, o Regulamento resume as instruções e indicações que cada chefe deve comunicar aos escalões subordinados.

Essas informações dizem respeito á:

Situação geral (das tropas inimigas e amigas e intenções do comando); *organização do comando* (e organização dos agrupamentos); *missão* (objectivos, zona de acção e unidade de infantaria com que deve cooperar); *observação* (observatórios já ocupados e posições onde podem ser instalados outros, esquadrilhas e balões trabalhando para o agrupamento de artilharia); *posições* (onde devem ser escolhidas as posições de tiro das baterias, colocados os escalões e locais reservados a outros agrupamentos); *ligações e transmissões* (agentes de ligação a estabelecer, linhas telefónicas existentes e a estabelecer, eixos de transmissões e centrais telefónicas, centros de informações, transmissões ópticas, foguetes, convenções, etc.); *organização do tiro* (indicações sobre as direcções-referências, coordenadas dos pontos notáveis, estações de declinação, posto aerológico, fornecimento de cartas e do plano director); *remuniciamento* (organização do serviço, dispositivo dos diferentes elementos); *organização das posições de tiro* (trabalhos a realizar, materiais á disposição); *condições de engajamento* (prazo de tempo, dentro do qual o agrupamento deve estar pronto a entrar em acção, e iniciativa da abertura do fogo); *circulação* (informações acerca dos caminhos de acesso, seu valôr e desenhamento); *informações diversas* (bebedouros, água potável, depósitos de essência, etc.).

Nas instruções dadas pelos comandantes dos grupos aos comandantes das baterias deverão também ser indicadas: as directrizes, o campo de tiro de cada bateria e os trabalhos topograficos executados pelo grupo.

—Não havendo um tipo invariavel de reconhecimento, pois êste depende das circunstâncias, o pessoal do reconhecimento não é constituído sempre da mesma forma, e o seu fraccionamento também não é invariavel.

Como simples indicação, o Regulamento mostra como poderá ser constituído o *pessoal de reconhecimento de um grupo de baterias*:

O comandante do grupo; o official orientador; o official telefonista; os capitães das baterias, acompanhados cada um por um sargento; um agente de transmissão do grupo com os instrumentos de reconhecimento do grupo, e outro agente

por cada bateria; um agente de transmissão da coluna de remuniamento; e eventualmente, esclarecedores.

Este poderá ser seguido a distância pelas viaturas telefónicas e de T. S. F.

— *O comandante de um grupo de baterias*, com o auxílio dos comandantes de bateria, reconhece a posição e divide-a em zonas, correspondentes ás baterias; fixa as condições de ocupação; escolhe o local do P. C. do grupo, dos armões, escalões, etc. Em seguida, acompanhado do oficial telefonista e de um agente de transmissão, vai escolher os locais para observatórios, donde possa reconhecer os objectivos do grupo. Pode haver um único observatório geral, e esta escolha pode fazer-se primeiro que a das posições de tiro das baterias. O comandante do grupo dá as suas instruções aos comandantes de bateria relativamente aos locais dos observatórios, indica-lhes os objectivos, e reparte entre o grupo e as baterias os trabalhos de instalação dos observatórios, e das linhas telefónicas.

Emquanto o oficial telefonista trata de reconhecer o itinerario das linhas telefónicas e o oficial orientador procede aos trabalhos topográficos, o comandante do grupo vai ter com o comandante da infantaria, que tem de apoiar, para receber instruções e trocar impressões.

— *Os comandantes de bateria* fixam as posições de tiro das suas peças, reconhecem os caminhos de acesso e enviam ordem á sua unidade para vir tomar posição. Em seguida, procedem a um estudo mais minucioso da posição, determinando a directriz e campo de tiro das peças, local do P. C., disposição das munições, abrigos a construir, cozinhas, etc.; e, á chegada das baterias, dão as instruções aos oficiais, aos chefes de peça e ao graduado telefonista, e estabelecem a sua bateria em regime de vigilância, indo reconhecer os objectivos, tudo em harmonia com as instruções do comandante do grupo.

— O agente de transmissão da coluna de remuniamento leva ao comandante desta as instruções do comandante do grupo.

— O *posto de socorros* é determinado depois da chegada da coluna.

Em cada sector organizado os comandantes de bateria devem ter inscrito num caderno todos os dados relativos ao plano director, um esquema com os caminhos, uma lista das

coordenadas dos pontos principais do terreno, uma indicação das linhas telefônicas, todas as informações relativas ao remuniciamento, etc.; enfim tudo o que interessa e deve ser comunicado ás baterias de refôrço ou ás que venham render as que ocupam a posição. Documentos análogos devem ser organizados nos comandos de grupo de baterias, ou em quaesquer agrupamentos.

— Na *marcha de aproximação*, não estando iminente o combate, a artilharia segue pelas estradas, e o lugar da artilharia nas colunas depende da situação táctica. Como consequência do grande alcance da artilharia moderna, a artilharia deve ir bastante á retaguarda dos elementos mais avançados para evitar que fique, em formação de marcha, sob o fogo da artilharia inimiga; mas logo que se reconheça a iminência do combate, uma parte dos elementos da artilharia é mandada avançar para poder apoiar a guarda avançada.

Começam então os reconhecimentos; as baterias escalonam-se e marcham de abrigo em abrigo, de maneira a occupar posições donde possam apoiar a infantaria.

As baterias devem seguir os itinerarios que lhes forem indicados, e que serão previamente reconhecidos, de modo a não perderem a ligação com os seus comandantes, que devem ter avançado, precedendo as baterias e tendo indicado a direcção de marcha, sua velocidade e local a atingir. As colunas de remuniciamento seguem o seu respectivo grupo.

Ocupada uma posição, diversos trabalhos devem ser executados para facilitar a efficácia do tiro, as instalações telefônicas, os P. C., os abrigos para o pessoal e munições.

Todos estes trabalhos devem ser realizados sem chamar a atenção do inimigo.

— O *titulo Vº* trata da *artilharia no combate*, occupando-se em *capitulos* separados: da *observação*; das *ligações e transmissões*; e da *direcção do combate*.

— A *observação* tem por objecto: a vigilância do campo de batalha, o reconhecimento e o estudo dos objectivos, a regulação do tiro e a sua verificação.

Para isso ha: observatórios terrestres, aeroplanos, balões e referenciação pelo som.

— Os observatórios terrestres, pela sua fixidez, dão informações certas dentro do campo da sua visibilidade.

Os aviões dão informações minuciosas do terreno, por meio de fotografias, que escapam á vista do observador e permitem observar zonas desenhadas; mas a sua acção é intermitente. O balão tem um grande campo visual, mas não permite o emprêgo de instrumentos de medida. A referenciação pelo som fornece indicações de grande precisão, mas exige uma instalação demorada e delicada.

Por estas considerações se vê a necessidade de empregar todos êstes meios simultaneamente.

— Os trabalhos de observação são descentralizados pelos diferentes escalões de comando, que procedem em harmonia com as necessidades que lhes são próprias, não podendo simultaneamente realizar a vigilância, a regulação do tiro e a sua verificação.

Cada comandante de artilharia deve ter um P. O., donde se possa abraçar tôda ou a maior parte da sua zona de acção. Os observatórios dos comandantes dos agrupamentos e escalões superiores teem por fim principal procurar os objectivos importantes e vigiar o conjunto de execução dos tiros.

Os observatórios das baterias servem especialmente para a regulação do tiro.

Os observatórios dos grupos de baterias devem permitir, na zona de acção do grupo, a vigilância do campo de batalha e permitir a verificação do tiro.

Uma completa organização das observações terrestres exige um numeroso pessoal e meios importantes, e por isso convirá muitas vezes reunir num só posto os observatórios de varios comandos; mas torna-se necessario estabelecer um *plano de observação*, onde se fixem as atribuições de cada escalão, e se repartam convenientemente os meios indispensaveis ao bom funcionamento dêste serviço.

— Os exercitos dispõem de órgãos de observação independentes das unidades de tiro, e para isso teem: secções de informações pela observação terrestre (S. R. O. T.); secções de referenciação pelo som (S. R. S.), secções telemetricas. Uma parte dêsses órgãos pode ser posta á disposição dos corpos de exército.

— A *observação aérea* da artilharia efectua-se: Por meio de esquadrilhas orgânicas da unidade, ou pelas esquadrilhas da artilharia pesada, ou por balões de observação. As es

quadrilhas da artilharia pesada são exclusivas desta artilharia, enquanto que as outras esquadrilhas e os balões são utilizados simultaneamente pelo comando da infantaria e da artilharia. Para se poder regular as missões a realizar, o comandante da aeronáutica e o chefe da esquadrilha devem dirigir-se ao P. C., do comandante da artilharia para quem trabalham para receberem instruções, ou mesmo junto de um P. C. de uma unidade inferior (mesmo de uma bateria), ou enviarem oficiais observadores.

Um observatório de bateria pode funcionar também como observatório do grupo, mas neste caso o pessoal de observação do grupo coopera no serviço com o da bateria.

O serviço de observação é muito fatigante, e por isso, quando o combate se prolonga, deve haver um pessoal que permita um revezamento. O observador é acompanhado de um ou mais observadores auxiliares.

— Para que uma informação tenha valor, é preciso que seja transmitida rapidamente a quem ela interessa. Num sector organizado devem ser enviadas a horas fixas, pelos observatórios aos P. C. as informações de interesse geral, escritas ou telefonadas, resumidas. Os relatórios com informações são centralizados em todos os escalões, devendo em cada corpo de exército ser redigido um *boletim diário*.

— Um capítulo especial trata da *ligações e transmissões*.

As *ligações* tem por fim permitir ao comando seguir as operações dos escalões subordinados e poder conhecer as suas necessidades e assegurar uma íntima cooperação entre as unidades próximas da mesma arma e das várias armas, devendo-se ter em atenção que a artilharia não pode eficazmente actuar senão em íntima relação com a infantaria.

O serviço de *transmissão* tem por fim a rápida comunicação das ordens, das informações e dos pedidos, para o que é constituído por uma rede de ligações, unindo a frente com a retaguarda e as unidades de artilharia próximas entre si e com a infantaria.

Os meios de transmissão empregados pela artilharia são:

a) Entre os elementos de artilharia: estafetas, motociclistas, ciclistas, corredores; o telefonio; a sinalização óptica; a T. S. F.;

b) Entre a artilharia e a infantaria: os mesmos meios, a

que se juntam: os sinais com foguetes, a T. P. S. (eventualmente). A T. S. F. faz a ligação da infantaria para a artilharia.

c) Entre a artilharia e a aviação: a T. S. F., a sinalização com tiras de pano (da terra para o avião), as mensagens lustradas e sinais por foguetes (do avião para a terra).

—As ligações da artilharia com o comando e a infantaria, assim, como as ligações entre as unidades de artilharia obtem-se por meio da justaposição permanente dos postos de comando, ou por contacto pessoal entre os diversos chefes, por oficiais de ligação e pelo emprêgo de transmissões.

Nas grandes unidades o oficial de ligação é destacado pela autoridade superior para junto do escalão subordinado; mas nas transmissões entre as unidades de artilharia, é a unidade subordinada que destaca o agente de ligação para junto da unidade superior.

Em *marcha*, as transmissões entre os escalões de comando são feitas por agentes de transmissão. No *combate*, por meio das linhas telefônicas e postos ópticos, que são desde logo instalados. Cada grande unidade estabelece sucessivamente no decurso da progressão *centros de informações* sobre um linha chamada *eixo de transmissão*.

Os *grupos de baterias* devem estabelecer a ligação com o comando da artilharia, com um observatório, com a infantaria, que tem de apoiar, com os grupos próximos, e, eventualmente, com um centro de informações.

As *baterias* ligam-se ao P. C. do grupo e a um observatório. Os agentes de transmissão são oficiais ou sargentos, quando se mantenha a ligação telefônica.

Quando o agente de transmissão é um oficial, êle desempenha cumulativamente o papel de ligação.

Quando um oficial é enviado como agente de ligação, tem o dever de acompanhar a execução das ordens dadas pelo chefe que o enviou, e comunicar a êste a situação, o que permitirá muitas vezes a êsse chefe o modificar as suas decisões.

—O regulamento trata a seguir do estabelecimento de uma rede telefônica numa *frente organizada*, em que as transmissões telefônicas empregadas pela artilharia obrigam a estabelecer:

a) Uma rede telefónica do comando, ligando os diferentes escalões do comando;

b) Uma rede de tiro, compreendendo *centros avançados* na proximidade dos agrupamentos de artilharia e *centros de observação*, na proximidade das regiões de observatórios, aos quais se ligam as unidades de artilharia;

c) Uma rede estabelecida pelos diferentes corpos de tropa, ligando entre si os diferentes escalões de comando, com os seus observatórios, com a infantaria que apoia, e com as unidades de artilharia.

—O capítulo III trata da *direcção do combate*, de que nos vamos ocupar.

Em primeiro lugar ocupa-se da *organização do comando no campo de batalha*.

No campo de batalha o comando apresenta na sua organização diferentes modalidades, conforme o grau de independência que é determinado aos diversos escalões hierarquicos.

Quando o comando é centralizado num dos escalões mais elevados, a direcção do combate é caracterizada pela concentração de todos os esforços para o mesmo fim. Neste caso a artilharia é posta em acção simultânea e rapidamente tanto quanto ela o pode ser.

A centralização do comando não coarta contudo a iniciativa dos comandos subordinados, que devem operar sem esperar ordens nos casos urgentes, ou quando deixa de haver ligação com o escalão superior.

Quando porêm o comando está repartido entre os diversos escalões hierarquicos, essa descentralização permite uma utilização mais rápida das informações; mas os efeitos da massa de artilharia são obtidos com menor facilidade.

Por outra parte a descentralização não deve nunca ser considerada como uma abdicação, mesmo parcial, do comando, pois se êste intervem menos directamente na execução, contudo consagra toda a sua actividade à coordenação dos esforços, à previsão das necessidades e à organização da acção nas sucessivas fases do combate.

A organização do comando depende em grande parte do valor e da rapidez das transmissões.

Se estas oferecem segurança, há vantagem em aumentar as prerogativas dos escalões superiores, por isso que as infor-

mações lhes chegam mais rapidamente e as ordens também se não demoram, mas se as transmissões são precárias, então deve-se confiar a decisão aos escalões subordinados, pois então êstes estão em condições de tomar resoluções no decurso do combate.

Enumerando as missões que podem ser confiadas à artilharia no decurso do combate, o regulamento indica como se deverá fazer essa repartição pelas várias especialidades e como estas as deverão realizar.

Assim a *destruição dos obstáculos* que se opõem ao avanço da infantaria exige uma íntima cooperação das duas armas, em especial da artilharia divisionária. Contudo, com o fim de se poder efectuar tiros de enfiada ou obliquos, que são os mais eficazes, pode ser muitas vezes vantajoso fazer concorrer a destruição de obstáculos que se opõem à manobra de uma divisão de infantaria, a artilharia de outras divisões contíguas, ou a artilharia de um agrupamento de corpo de exército.

Como princípio, as missões de apoio directo da infantaria (acompanhamento e protecção) pertencem sempre à artilharia divisionária.

A luta da artilharia desenvolve-se, em certa medida, independentemente do combate da infantaria, e por isso é vantajoso desenvolvê-la numa larga frente, a qual só deve ser limitada em virtude dos alcances dos materiais de que se dispõe.

Quanto mais afastadas estiverem as comunicações do inimigo, que se queiram bater, tanto mais estas devem interessar os escalões superiores, e por isso a missão de actuar contra elas deverá ser repartida pela artilharia dos diversos escalões.

Estas considerações definem as missões que devem ser confiadas à artilharia divisionária, à artilharia de corpo de exército e à artilharia de exército, sempre que as transmissões existentes permitam centralizar o comando, pois só assim se poderá realizar a *manobra de fogos*.

A quantidade de artilharia posta em acção torna muitas vezes bastante difícil a acção do comando no interior dos diversos escalões (A. D., A. C., A. E.,) e por isso há necessidade de articular todos êsses escalões em agrupamentos, cada um dos quais compreenda unidades com missões análogas (ainda que de vários calibres), contanto que se respeitem os laços

orgânicos (grupos e regimentos), de modo que o comandante de cada agrupamento possa dispor de um E. M.

Cada agrupamento não terá mais do que 3 ou 4 grupos de baterias, para assim se obter um maior rendimento na transmissão das ordens, o que pode ainda dar lugar à organização de sub-agrupamentos.

A constituição dos agrupamentos e sub-agrupamentos não tem fixidez, podendo ser alterada a sua constituição conforme as flutuações do combate.

Desta forma a artilharia nas grandes unidades terá a seguinte constituição:

a) *Artilharia divisionária*. Esta compreende agrupamentos de artilharia ligeira, *apoando directamente a infantaria*, e em número proporcionado ao número de batalhões de infantaria empenhados em 1.^a linha; um agrupamento de artilharia ligeira, *de acção de conjunto*, para poder reforçar com os seus fogos, os agrupamentos precedentes; um agrupamento de artilharia pesada curta.

b) *Artilharia pesada de corpo de exército*. Constituída por agrupamentos affectados às zonas de acção das divisões de infantaria, e que são destinados a executar, segundo as circunstâncias, tiros de contra-bateria, ou de interdição afastada.

c) *Artilharia de exército*. Compreendendo agrupamentos de artilharia pesada destinados a prolongar até maior distância a acção da artilharia de corpo de exército, actuando sobre a artilharia e comunicações do inimigo; e um ou mais agrupamentos de artilharia pesada de grande potência (A. L. G. P.), ou de grande alcance executando o tiro sobre objectivos especiais (obras fortemente protegidas e comunicações muito afastadas).

Além das missões normais, a artilharia de cada escalão pode reforçar, segundo as necessidades, a artilharia dos outros escalões para que se obtenha a necessária densidade de fogo sobre objectivos perigosos e insuficientemente batidos. Portanto, a artilharia de corpo de exército pode cooperar com as artilharias divisionárias nas destruições de organizações; as artilharias divisionárias podem actuar como contrabaterias; a artilharia de exército pode reforçar as artilharias de corpo de exército nas suas missões de contrabaterias.

Destas obrigações de mútuo auxilio deriva a maneira

como devem ser organizadas as transmissões para que os auxílios possam rapidamente ser pedidos e obtidos, e ainda influem na escolha dos P. C. dos diferentes escalões, de modo a permitir com segurança a acção do comando sobre as unidades subordinadas, as relações com o comando superior e a vigilância do campo de batalha.

Em geral, convém fazer coincidir o P. C. do agrupamento de apoio directo com o P. C. da infantaria a apoiar; o P. C. da artilharia de corpo de exército com o P. C. de uma artilharia divisionária; e o P. C. de um agrupamento de artilharia de exército com o de uma artilharia pesada de corpo de exército.

Os P. C. de um grupo de baterias ou de uma bateria aos quais compete especialmente uma missão técnica de direcção do fogo, ficam, em regra, junto das respectivas unidades.

A cada unidade de artilharia devem ser determinados os objectivos em que *normalmente* se deve exercer a sua acção — *zona de acção normal*; e aqueles em que tenham *eventualmente* de actuar — *zona de acção eventual*.

As diferentes unidades devem organizar o seu serviço de observação em relação aos objectivos tanto de uma como de outra zona de acção.

As baterias preparam o tiro sobre os seus objectivos ou sobre os pontos principais da sua zona de acção normal; e, se há tempo, preparam os tiros sobre alguns pontos da sua zona de acção eventual.

—O Regulamento occupa-se depois do papel, durante o combate, dos comandantes dos diferentes escalões de artilharia (comandantes da A. D., comandantes da artilharia pesada de corpo de exército ou de exército, comandantes de um agrupamento, comandantes de um grupo de baterias e comandantes de bateria).

A todos compete a repartição das missões pelos escalões subordinados, a organização do serviço de remuniamento, a comunicação aos chefes superiores da evolução do combate e das informações recolhidas.

—Os comandantes dos *grupos de baterias* repartem os objectivos entre as suas baterias e podem fixar o consumo de munições para o tiro de efficacia; repartem entre as baterias a dotação de munições, e comunicam as informações ob-

tidas às suas baterias, ao agrupamento de que fazem parte, à infantaria que apoiam e às unidades de artilharia com que estejam em ligação.

Deve-se procurar manter as ligações e transmissões; mas todos os chefes devem dar as instruções indispensáveis para o caso em que aquelas sejam interrompidas.

Os deslocamentos da artilharia dentro do campo de batalha (deslocamentos táticos) devem ser evitados o mais possível, para o que se deve fazer um conveniente escalonamento da artilharia, pois tais deslocamentos são perigosos, interrompem o fogo e dão lugar a deslocamento correlativo de munições.

—São também estabelecidas algumas normas particulares relativas às *acções ofensivas* e *defensivas*.

—Na *ofensiva*, as baterias encarregadas de acompanhar imediatamente com o seu fogo a progressão da infantaria de assalto, devem ser dispostas, tanto quanto possível, no eixo dos ataques. Em casos excepcionais, poderá haver conveniência em ter inicialmente artilharia em reserva pronta a marchar.

A iniciativa do deslocamento da artilharia pertence ao comando das tropas. Durante a progressão só se devem fazer avançar o número de bocas de fogo, cujo remuniamento seja garantido; as restantes serão deslocadas depois, logo que possam ser municiadas.

—As dificuldades de deslocamento no terreno da luta obriga a fazer avançar em primeiro lugar as unidades hipomóveis, é a progressão do material de tracção mecânica, em terreno de circulação duvidosa, só se deve fazer com muita cautela.

Portanto, no dispositivo inicial da artilharia, dever-se-há colocar as unidades menos móveis à frente das de mais fácil mobilidade e do mesmo calibre, pois assim as primeiras podem por mais tempo actuar nas suas primitivas posições.

Se a progressão tem de ser rápida, uma parte da artilharia de corpo de exército, em especial as baterias de 10^{cm}, 5, terá de ser repartida pelas artilharias divisionárias. Algumas baterias, ou divisões de artilharia, podem ser colocadas temporariamente à disposição do comandante da infantaria divisionária, dos comandantes de regimento e mesmo de batalhão de infantaria.

Logo que porêm sejam restabelecidas as transmissões, voltar-se-há à organização normal para assim se poder obter um melhor rendimento no emprêgo da artilharia.

— Na *defensiva* a artilharia deve estar pronta a fazer retrogradar o seu tiro de maneira a bater o terreno em que o inimigo tenha conseguido penetrar; mas não deverá proceder assim sem primeiro ser bem informada sobre a marcha do combate para não dificultar a execução dos contra-ataques da sua própria infantaria.

Se as tropas forem obrigadas a retirar, a artilharia deve poder manter-se de maneira que possa apoiar a infantaria a todo o momento. É esta obrigação, e não a aproximação do inimigo, que deverá determinar a melhor oportunidade dos deslocamentos retrogradados; e haverá mesmo unidades de artilharia que terão de manter-se nas suas posições até ao assalto do inimigo, sacrificando-se assim na protecção da sua infantaria, mas procurando a tempo inutilizar o seu material.

Outras unidades deverão recuar com antecedência para poderem mais tarde actuar à retaguarda de uma maneira mais eficaz do que na sua primitiva posição. A iniciativa destes deslocamentos pertence ao comando das tropas.

Como no combate defensivo as comunicações são muito precárias e intermitentes, torna-se indispensável que os executantes sejam com antecedência informados das intenções do comando, o qual deverá, por escrito, indicar os movimentos a efectuar, em harmonia com as diferentes situações hipotéticas da infantaria.

Ao contrário do que tem lugar na ofensiva, na defensiva o dispositivo inicial do escalonamento da artilharia deverá ser feito de maneira que fiquem colocadas na frente as unidades mais móveis, e que serão as primeiras a deslocar-se.

Nas marchas retrogradadas a artilharia pesada de grande alcance será ligada às artilharias de corpo de exército, e algumas batarias de 10^{cm},5 poderão ser destinadas à artilharia divisionária; mas logo que sejam restabelecidas as transmissões e comunicações, voltar-se-há à organização normal.

— No *título VI*, o Regulamento trata da *segurança*, em marcha, nos acantonamentos e numa posição de combate.

Quando a artilharia marcha numa coluna de infantaria ou de cavalaria, a sua segurança é-lhe dada pelas tropas com

que marcha, devendo intercalar-se, tanto quanto possível, uma fracção de infantaria entre cada 2 grupos sucessivos de artilharia.

Quando marchar isoladamente, provê, por sua conta própria, à segurança por meio de exploradores, sendo este serviço organizado por cada grupo.

Em cada grupo este serviço é executado por meio de 3 exploradores por bateria (1 sargento, 1 cabo e 1 clarim), sob o comando do oficial orientador do grupo. Na artilharia automóvel o serviço de segurança é feito por uma fracção de cavalaria.

Os exploradores deslocam-se por lanços sucessivos, de ponto de observação em ponto de observação.

Em estacionamento, a artilharia acantona isoladamente, sendo a infantaria ou a cavalaria encarregada de essa segurança, devendo as baterias ser encarregadas sómente da guarda do seu material.

Se estaciona isoladamente (o que é excepção) a artilharia estabelece-se em acantonamento de alarme e provê à sua segurança, barricando as saídas da povoação. Se há a recear a exploração aérea do inimigo, não se deve formar parque, procurando-se dispersar as viaturas e mascara-las.

O pessoal deve também abrigar-se logo que seja anunciada a aproximação de aviões inimigos.

—No combate, em rasa campanha, a segurança da artilharia é dada pela infantaria (ou pela cavalaria) e resulta do próprio dispositivo das forças no campo de batalha; mas a que não tiver segurança dada pelas outras tropas (artilharia num flanco), deverá ter uma escolta especial, que lhe servirá de apoio.

Contudo convêm sempre ter prevista a defesa no caso de um ataque próximo, para o que se dá às baterias metralhadoras, especialmente contra os aviões, e se armam os serventes de carabinas. Nas frentes organizadas as baterias cercam-se com defesas accessorias, especialmente redes de fio de ferro e os serventes podem ainda defender-se à granada.

A organização defensiva das posições de artilharia dá lugar a um certo número de pontos de apoio, que a infantaria pode utilizar. Nestes trabalhos defensivos podem ser empregados sapadores de infantaria ou de engenharia.

No caso de um assalto, se o material de artilharia não pode ser retirado, dever-se-há inutilizar para que o inimigo não possa servir-se d'êlo.

— O título VII^o trata do *reabastecimento de munições e de material*, assim como da *reparação d'êste*.

Está a cargo da artilharia o reabastecimento de munições, tanto das bocas de fogo, como das armas portateis e automáticas, fazendo excepção só para as munições de *areonáutica* e dos *carros blindados*.

O Regulamento estabelece a organização e o funcionamento d'êste serviço, desde os grandes depósitos no interior do país até à linha de fogo, e, de um modo mais particular, no corpo de exército, indicando os diversos meios de transporte de que dispõem os corpos de exército e as unidades subordinadas.

—No *corpo de exército* é o general comandante da artilharia de corpo que requisita as munições ao exército a que pertence, sendo êste que as envia aos *centros de reabastecimento*, ou até aos *depósitos avançados*. Daqui as munições são transportadas pelos corpos de exército até à linha de fogo, empregando os órgãos de transporte.

O Regulamento contém diversos *quadros* em que são sintetizadas as diversas indicações relativas aos órgãos de reabastecimento, à natureza e número de viaturas que os constituem, ao número de projecteis transportados, ao consumo médio diário das munições (*dia de fogo*) e á capacidade de transporte de cada órgão, e isto separadamente, para a artilharia divisionária, para a artilharia orgânica de corpo de exército, para a artilharia de um regimento de 75^{cm}, para os regimentos de artilharia pesada hipomóvel, de artilharia pesada com tractores e para a artilharia potente.

Daqueles quadros se vê que o *consumo médio diário* por peça é de:

300	projecteis	para a artilharia ligeira de 75;
150	"	" " " pesada de 155 ou de 105;
150	"	" " " pesada de 155 L, ou
		155 G. P. F;
100	"	" " " de 220;
60	"	" " " de 280.

A *bateria* de 75 transporta nos 4 armões das peças 96 projecteis (4×24) e 576 (6×96) em 6 carros de munições. A *coluna ligeira do grupo* de baterias de 75 transporta nos carros 576 projecteis, o que dá para as 12 peças do grupo 1.248 projecteis; mas como o consumo médio de munições do grupo é de 3.600 projecteis, segue-se que faltam 2.352 para um *dia de fogo* do grupo.

No *parque de artilharia divisionária* (P. A. D.) vão:

1) Na *secção hipomóvel* (S. M. A. hipo.) 3.231 projecteis, sendo 2016 nos 21 carros de munições e 1.215 nos 9 carros de parque;

2) Na *secção automóvel* (S. M. A. auto.) vão, nos 14 camiões de 3,75, 40^r uteis, ou sejam 4.032 projecteis.

Considerando que o P. A. D. é um órgão divisionário, e como tal reabastece 36 peças, temos que a cada grupo de 3 baterias (12 peças) pertencem 2.421 projecteis, número que excede os 2.352 que faltavam nos 2 órgãos anteriores (de bateria e de grupo).

Vê-se, pois, que um *dia de fogo* da artilharia de 75 de uma divisão está assegurado pelos projecteis transportados—nas baterias, nas colunas ligeiras de grupo, e no parque divisionário.

—Para as peças de 155 da divisão as munições são transportadas na *coluna ligeira* (órgão de grupo) e na *secção automóvel do parque*.

Na *coluna ligeira* vão 276 projecteis (12×23) nos 12 carros de munições e 240 nos 8 carros do parque (8×30), ou sejam 516.

Na S. M. A. auto vão 800 projecteis.

Temos assim um total de 1.316 projecteis, número muito inferior a um *dia de fogo* o que mostra a necessidade de mais um órgão de reabastecimento, e que deverá estar no P. A. C.

—O comandante de artilharia do corpo de exército estabelece diariamente o *plano de remuniciamento*, que comunica ao comandante das artilharias divisionárias, ao da artilharia pesada de corpo de exército, e ao comandante do *parque de artilharia de corpo* (P. A. C.), indicando: o número de projecteis a receber, o depósito ou local onde devem ser recebidos e a hora da recepção.

—Os autos camiões são empregados de preferência para os grandes percursos e em boas estradas; as viaturas hipomóveis são destinadas aos curtos percursos, podendo mesmo marchar fóra das estradas. Os *caterpillares* são empregados no transporte de munições nos terrenos pouco resistentes ou esburacados pelos fogos da artilharia.

Junto do comandante do P. A. C. estão destacados permanentemente oficiais de ligação, enviados pelas A. D., pela artilharia pesada do corpo de exército ou pelos agrupamentos isolados.

—Para reduzir o trajecto a fazer pelas viaturas hipomóveis, podem organizar-se *locais de transbordo avançados* para onde os corpos do exército enviam por meio de automóveis as munições, e aonde veem as viaturas hipomóveis carregá-las e levá-las às baterias. Os transportes de munições fazem-se, em geral, de noite.

—As munições de infantaria, as granadas e artificios, são transportadas pelas *secções de munições de infantaria* (S. M. I.) e pelos carros de munições das unidades. As ordens relativas ao movimento das S. M. I. são enviadas ao P. A. D. pelos E. M. das divisões de infantaria.

—Relativamente à organização e funcionamento do *serviço de reparação e abastecimento de material*, o Regulamento dá indicações sumarias sobre este serviço e apresenta um *esquema* da sua organização num exército. O serviço está dividido em dois escalões: o 1.º escalão compreende as equipas de reparação de corpo de exército e divisão, os depósitos avançados do grande parque e o parque de reparação de artilharia; o 2.º escalão é constituído pelo parque de reparação do material exclusivamente de artilharia, pelo Centro das armas automáticas e engenhos de acompanhamento, e pelo grande parque de artilharia (para todo o restante material).

O título VIII.º trata do serviço de saúde, abrangendo a organização geral deste serviço, a organização especial na artilharia, o seu funcionamento e a protecção contra os gases.

O *serviço de saúde da frente* abrange todos os elementos que organicamente pertencem aos corpos de exército e às divisões.

Este serviço compreende:

- a) O serviço nos corpos de tropas (serviço regimental), e

que dá os primeiros socorros aos doentes e feridos, quer nas marchas, quer nos estacionamentos e no campo de batalha;

b) As ambulâncias, que completam a acção do serviço regimental, preparam a evacuação dos doentes e dos feridos (com o auxilio eventual dos grupos de maqueiros) e permitem a hospitalização temporária no campo de batalha ou nas suas proximidades.

c) Os grupos de maqueiros (divisionários e de corpo) destinados a levantar e depois a transportar os doentes e feridos até às ambulâncias, e, eventualmente, destas às outras formações sanitárias.

Na artilharia o serviço de saúde é organizado e funciona por grupo de baterias.

Cada E. M. de grupo tem: 1 médico, 1 cabo enfermeiro, 1 cabo maqueiro, e 1 enfermeiro com 2 ou 4 maqueiros por bateria, e uma viatura médica.

O pessoal sanitário do grupo é dividido em: pessoal destinado ao levantamento dos feridos; pessoal que é empregado na instalação e funcionamento do *posto de socorros* (P. S.). Êste deve ficar afastado das baterias para não sofrer a acção do fogo do inimigo, sendo conveniente que fique próximo do P. C. do grupo. Os feridos são transportados para os postos de socorros pelos maqueiros.

A evacuação dos feridos dos postos de socorros para as formações sanitárias é feita, tanto quanto possível, pelas secções sanitárias automóveis ou pelas unidades automóveis. A passagem dos feridos pelo P. S. não é obrigatória, pois podem ser dirigidos directamente sobre uma formação sanitária, instalada mais á retaguarda.

No P. S. a acção cirurgica deve limitar-se á colocação de um penso, aos socorros imediatos, e á aplicação de aparelhos de fracturas e hemorragias.

A oportunidade da instalação do P. S. depende da situação táctica do grupo.

No caso de um movimento retrogrado, o P. S. evacua primeiro os feridos de menos gravidade; se não houver tempo de completar a evacuação, fica um ou 2 enfermeiros com os feridos.

—Para o serviço de protecção contra os gases ha em cada regimento e em cada grupo um oficial especializado que

trata de tudo que diz respeito a êste serviço, e que ministra a instrução aos homens.

As medidas de protecção podem ser individuais ou colectivas, havendo *«Instruções»* especiais relativas a êste serviço.

—O mesmo Regulamento traz ainda 4 *«Anexos»*: Sôbre os tiros de artilharia (indicações diversas); características e particularidades da artilharia transportada em autos; funcionamento dos órgãos de referenciação; e diversos modelos de mapas, relatórios, requisições, etc.

—No *Anexo n.º 1* são indicadas as normas a observar: para a destruição e neutralização da artilharia inimiga; para a destruição das rêdes de arame, dos cavalos de frisa, dos ninhos de metralhadoras, das trincheiras, das obras de fortificação permanente e dos caminhos de ferro; para as diversas espécies de tiros (de interdição sôbre as comunicações, de acompanhamento, de barragem); e, finalmente, no emprêgo dos projecteis carregados com gases tóxicos, ou com substâncias fumigineas.

Tôdas as indicações teem também em vista facilitar o estabelecimento de planos de remuniamento.

— Para determinar o consumo médio dos projecteis necessários para a destruição de baterias, segundo o emprêgo dos diversos calibres, estabelece como princípio: *«Que o número de projecteis necessários para destruir uma bateria é proporcional ao valor do afastamento provável; não se devendo tentar a destruição, logo que o afastamento provável é superior a 50 metros.*

O consumo médio de projecteis para a destruição duma bateria deverá ser:

500 a 800 (segundo as distâncias)	com material de 75;
400 a 500	" 155 L;
300 a 400	" 155 C;
200 a 300	" 220;
150 a 200	" 270 a 280;
100	" 320 e 370.

A neutralização da artilharia inimiga pode obter-se com granadas tóxicas ou com granadas explosivas. Neste último caso, ter-se-á de empregar primeiro uma acção violenta, seguida de um tiro lento para manter o pessoal nos abrigos.

—Para a destruição das rêdes de arame ter-se-á de empregar um tiro de precisão e as 4 peças de uma bateria não poderão fazer uma brecha superior a 25^m e para isso dever-se-á prevêr o seguinte consumo de munições com o material de 75:

600	projecteis	à distância de	2.500 ^m
700	"	"	3.000 ^m
800	"	"	4.000 ^m
1.000	"	"	5.000 ^m
1.200	"	"	7.000 ^m

Empregando morteiros de 58 L. S. ou de 150, pode-se abrir uma brecha de 40.^m de largura e de 30 de profundidade com 200 a 250 bombas. Quando as rêdes estão em terreno de contra-encosta, as peças de 75 não teem acção, e ter-se-á de recorrer aos morteiros.

Para a destruição das rêdes não se devem empregar as peças de 105 nem de 155 L., nem granadas de calibre superior a 155.

Para a destruição dos abrigos de metralhadoras empregam-se as peças de 155 C., ou melhor, os morteiros dos calibres 58 L. S., de 150 e de 240.

A' distância de 1.500^m e com o morteiro de 150 são precisas 200 bombas para destruir um abrigo; com o morteiro de 240 são precisas 175 bombas.

—Para a *destruição de trincheiras* não se devem empregar as peças de 75, pois a sua acção é fraca, a não ser quando possa tomar de enfiada ou de escharpa as trincheiras de comunicação.

Neste caso empregam-se 10 granadas explosivas, por cada metro corrente de trincheira, devendo-se empregar cargas reduzidas para obter grandes angulos de tiro.

Mais eficazmente emprega-se a artilharia pesada.

Com a peça de 155 C. executa-se o tiro sôbre diversos pontos da trincheira, intervalados de 30^m, empregando-se de 80 a 100 granadas em cada um dêsses pontos. Escolhem-se como objectivos nós de comunicações, abrigos dos P. C., posições de metralhadoras, etc.

Deve-se empregar a espoleta de retardação.

Empregando os morteiros sôbre uma trincheira de 100^m de comprimento, e à distância de 1.500^m, ter-se-á de consumir 450, 350 ou 100 projecteis, conforme se empregam os calibres de 58, 150 e 240.

Emquanto se executa o tiro com a peça de 155 C. é preciso manter na frente da infantaria uma *zona de segurança* superior a 400 metros.

— Contra as obras de fortificação permanente empregam-se obuses e morteiros de 280 a 400 lançando 150 a 200 projecteis por objectivo, conforme estão as distancias inferiores ou superiores a 9^{km}.

Para a destruição de povoações empregam-se granadas explosivas com espoleta retardada das peças de 155 C. e 155 L., ou morteiros de 223 e 270, empregando-se 4 projecteis por cada 100^m² de superficie de casas.

Destruidos os objectivos, torna-se necessário impedir a sua reparação, e para isso executar-se-ão rajadas intermitentes com peça de 75 e 105, empregando o tiro de percussão com espoletas instantâneas, ou o tiro de tempo com granada explosiva. Para isto, dever-se-á prever um consumo de munições de 300 tiros por cada 1.000^m de frente num período de 12 horas.

— No tiro de acompanhamento emprega-se, em geral, o material de 75 com granada explosiva ou g. de balas a razão de 6 tiros por peça e por minuto, não sendo a duração do fogo superior a 5 minutos; de contrário, a cadência é reduzida. A largura do cone de explosão eficaz contra pessoal é de 15 a 20^m, e a profundidade da *zona de segurança* é de 200 a 300^m, conforme o tiro se executa às distâncias de 2.000 a 5.000^m.

Quando se empregam as granadas fumigineas (com fosforo ou cloridrina sulfúrica), para obter uma cortina de protecção, com a peça de 75 fazem-se 500 tiros por hora por cada 300^m de frente, quando o vento não é superior a 3^m, e 800 tiros, quando o vento é superior a 3^m e inferior a 8^m.

As *granadas tóxicas* podem ser *fugazes* ou *persistentes*, e estas ainda de efeito immediato, ou de efeito retardado, pois os seus efeitos não se fazem sentir immediatamente e a sua acção pode durar até 8 dias (com a iverita).

Com a peça de 75 empregam-se 200 a 400 projecteis por

cada 100^m de frente; 50 a 100, com a peça de 155; 20 a 50, com o morteiro de 58.

—Quando se quer obter o *tiro de neutralização*, empregam-se os gases tóxicos persistentes e de efeito imediato.

Empregando a iperita, cada granada de 75 infecta uma superfície de 20^m; com a granada de 105, a superfície é de 50^m²; com a granada de 155, essa superfície eleva-se a 209^m².

Quando se executa o tiro com granadas tóxicas, as tropas amigas devem usar a máscara sempre que os pontos de queda dos projecteis sejam inferiores a 1.500 ou 2.000^m, conforme o terreno ou a direcção do vento.

O tiro com granadas tóxicas persistentes só é executado com ordem do comando superior.

—No *Anexo 2.º* se acentua quais sejam as características que estabelecem as diferenças entre o material de 75 hipomóvel, e o material do mesmo calibre automóvel.

Este é caracterizado pela sua *grande mobilidade*, 12^{km} à hora e com etapes de 60 a 80^{km} (podendo atingir 100^{km}); e pela maior disponibilidade de munições (200 tiros por peça). Os autos camiões de munições levam até às posições quasi 2 dias de fogo em cada viagem. A rapidez de movimento e a capacidade de remuniamento permitem que esta artilharia possa intervir prontamente em pontos afastados, como um reforço de grande importância, o que a torna uma excelente *artilharia de manobra*, e que pode estar em *reserva* até ao momento oportuno.

Porém esta artilharia exige boas estradas; e, não existindo estas, não pôde ser utilizada. O seu emprêgo é pois limitado.

*

*

*

Como acabamos de vêr, a *«Instrução»*, de que demos os tópicos principais, é digna de um sério estudo e análise, mas deve-se considerar que toma o titulo de *«provisória»*, o que mostra a idea reservada dos seus autores, de que terá de sofrer modificações, como consequência de uma me-

lhora apreciação dos factos, ou de estudos ulteriores, ou de aperfeiçoamento na táctica geral, e mesmo na táctica e técnica da arma.

VITORIANO J. CESAR.

Esclarecendo

No número da *Revista Militar* de Fevereiro último foi publicada uma apreciação crítica do *Regulamento para a organização do Arquivo Histórico Militar*, redigida por pena especialmente autorizada e competente, como nenhuma outra, para analisar o referido diploma, pois aos leitores da *Revista* não é decerto desconhecido que as iniciais T. B. denunciam o nome de um distinto e ilustrado official, habil professor, escritor e historiador militar e colonial, de reputação consagrada.

A estes predicados, já de si suficientes para darem toda a autoridade á sua opinião crítica, junta o nosso camarada e amigo T. B. mais o de conhecer de ha muito o Arquivo Histórico Militar, por haver em tempo trabalhado assiduamente na secção histórica do antigo Arquivo Geral do Ministério da Guerra — da qual é successor aquêlê Arquivo — realizando ali não só investigações históricas, como procedendo á compilação de documentos e ordenando algumas dezenas de pastas com papeis referentes á história dos nossos regimentos de artilharia, dando depois publicidade a muitos dêsses documentos na antiga *Revista do Exército e da Armada*.

Com a coordenação dêsses papeis e sua vulgarização na imprensa militar, o nosso camarada T. B. prestou ao Arquivo Histórico e aos investigadores um bem apreciável serviço.

Por todos estes motivos, e como um dos autores do Regulamento, devemos confessar que muito folgámos com a lisonjeira impressão geral, que êle mereceu a tão competente critico.

Posto isto, e com o fim único de prestarmos alguns esclarecimentos que elucidarão por completo dois dos pontos analisados — dependência do Estado Maior do Exército e guarda de documentos relativos a expedições coloniais —,

acêrca dos quais o ilustre autor da crítica manifesta discordância da doutrina do Regulamento, ou mais propriamente da lei que o inspirou, passemos a elucidar êsses pontos.

A reforma do exército de 1911, colocando o Arquivo Histórico sob a imediata dependência do Estado Maior do Exército, não fez mais do que obedecer a um princípio geralmente aceito em todos os exércitos e sancionou a doutrina naquele mesmo ano reconhecida pela Comissão do Centenário da Guerra Peninsular na extensa e notável exposição apresentada ao govêrno, com o fim de ser dado cumprimento a um dos números do programa geral da comemoração centenária, referente á organização do Arquivo Histórico e sua separação do Arquivo Administrativo, ou burocrático, do Ministério da Guerra.

Nessa exposição, redigida pelo prestante presidente, general Rodrigues da Costa, lê-se com efeito:

“... O que se torna imprescindível é separar, sem demora, o que propriamente se refere aos serviços dependentes do Ministério da Guerra e a colecção valiosíssima de todos os documentos históricos, cuja reunião, devidamente ordenada e catalogada, seja a base essencial e primordial do *nosso Arquivo Histórico Militar*.

“Por toda a parte, e sobretudo nos exércitos mais cultos, este Arquivo é o repositório das melhores glórias nacionais e, a cargo do Serviço do Estado Maior, proporciona a naturais e estranhos que o procuram, larga cópia de esclarecimentos e auxílios...”

Até 1911 a secção Histórica do Arquivo Geral do Ministério da Guerra, como aliás este mesmo, pode afirmar-se que nunca mereceu nem grande atenção, nem maior interesse aos sucessivos titulares da pasta da Guerra. Da numerosa lista de ministros que, desde 1736 até 1911, sobraçaram tal pasta, dois apenas manifestaram interesse evidente pela documentação histórica: o Marquês de Sá da Bandeira, o qual por mais de uma vez visitou o antigo Arquivo Geral (quando instalado no palacio da Ajuda, de 1845 a 1862, e depois no edificio do Jardim Botânico, em 1863), celebrou os contratos com Costa Cascais, Luz Soriano e Latino Coelho para a redacção da história da Guerra Peninsular e das campanhas da Liberdade, para a da história política e militar de Portugal desde o século

18.º até 1814 e promoveu com Claudio de Chaby a catalogação dos documentos do Conselho de Guerra; o general Sebastião Teles, muitos anos depois, mas este, não obstante bons desejos, nada afinal, pode dizer-se, realizou dos seus projectos acêrca do aproveitamento e vulgarização dos documentos histórico-militares.

Do nenhum interêsse dispensado até 1911 ao valioso recheio do Arquivo — áparte a nomeação de Maximiliano de Azevedo em 1891 para substituir Claudio de Chaby, em tempo do ministro João Crisostomo de Abreu e Sousa — resultou a conhecida falta de organização do Arquivo, as suas sucessivas e cada vez piores instalações, a permanente deficiência de pessoal dirigente, enfim a manutenção de um tal estado que o Arquivo nunca pôde satisfazer convenientemente á sua missão, nem perante nacionais nem perante estrangeiros.

Foi nomeada é certo uma comissão em 1 de Maio de 1911 para remediar todas essas deficiências, separar os dois arquivos — histórico e burocrático — instalar e organizar convenientemente o primeiro. A quem coube porêr a iniciativa de tal medida? A' Secretaria da Guerra? Não; á Comissão do Centenário da Guerra Peninsular, o que o nosso camarada T. B. sabe tão bem como nós.

E o que resultou das diligências e propostas da comissão de 1911 para se alcançar instalação conveniente e adequada ao Arquivo Histórico?

Nada, absolutamente nada, e não obstante, com um pouco de interêsse das estações superiores, havendo naquela época tanto edifício vago á disposição do governo, o problema não era de muito difícil solução.

Para quem conhece as vicissitudes da atribulada existência do malfadado Arquivo do Ministério da Guerra, desde alguns anos decorridos após o findar das lutas liberais, e em especial desde 1845, ano em que êle foi removido do palacete do Pateo das Yacas onde permanecia, com excelente instalação, desde 1755, é notório que por várias vezes êle foi bem descaroavelmente tratado pela Secretaria da Guerra, a qual pelas ordens, por diferentes vezes repetidas, de urgentes, de precipitadas mudanças de umas para outras instalações, em geral bem pouco adequadas — incluindo a actual em edifício extremamente hú-

mido e sombrio — e ainda por várias concessões bastante in-tempestivas e prejudiciais, muito contribuiu para a perda, ruína e extravio de avultadíssimo número de documentos do antigo Arquivo Geral e em especial da sua secção histórica.

O falecido general Claudio de Chaby que, antes do coronel Maximiliano de Azevedo, teve a seu cargo essa secção, de 1866 a 1891, deixou exarada nos Preliminares da sua obra *Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra* a noticia das lamentáveis vicissitudes a que, desde 1845 e até 1884, andou sujeita a valiosa documentação militar antiga. O que êle expõe constitue um verdadeiro libelo, demonstrativo do desconhecimento geral do valor que representam os documentos histórico-militares para as nossas estações superiores, do menosprezo por elas votado aos chamados *papeis velhos*.

Pertencem êsses factos ao passado, mas infelizmente tem de se reconhecer que alguns recentes testemunham quasi a mesma indiferença, o mesmo menosprezo.

Já aludimos ao negativo resultado das diligências da comissão de Maio de 1911 e á ineficaz intervenção da Comissão do Centenário da Guerra Peninsular a qual, pretendendo melhorar de vez as condições do Arquivo Geral, conseguiu por junto... a publicação de uma portaria, com a nomeação daquela comissão, e nada mais!

Quando em 1921 o Estado Maior definitivamente se decidiu a tomar conta do Arquivo Histórico, foi prontamente ali elaborado um projecto de regulamento orgânico do Arquivo o qual, remetido á Secretaria da Guerra em principio de Junho, só alcançou despacho ministerial tres mêses e meio depois, em 19 de Setembro, e... porque uma crise ministerial levou entretanto novo ministro a sobraçar a pasta.

Tentou o Estado Maior resolver mais uma vez a debatida questão da instalação do Arquivo Histórico; enviou as suas propostas a tal respeito, mas não obtiveram sanção superior e, seja dito em abono da verdade, não porque não houvesse então verba disponível no orçamento para execução das obras projectadas.

Diligenciou o Estado Maior, por duas vezes, assegurar ao pessoal do Arquivo remuneração condigna que atraísse aos lugares de adjunto oficiais de reserva ou reformados idóneos,

com a devida preparação para o desempenho dos serviços que lhes incumbem pelo regulamento e ali os fixasse, para se especializarem. Por duas vezes apresentou propostas fundamentadas para a concessão de gratificações especiais e, não obstante pôr em relevo a evidente anomalia de aqueles oficiais perceberem *metade* das gratificações concedidas aos dos D. R. e da Agência Militar, os quais nenhuma preparação especial precisam ter para os respectivos cargos, sendo-lhes até dispensável o curso da arma — aliás habilitação insuficiente para o trabalho no Arquivo Histórico — não obstante esse evidente contrasenso, as propostas não lograram aprovação superior.

E como resultado de tal critério, nenhum oficial, dos reconhecidamente competentes, convidado para o lugar de adjunto do Arquivo tem querido aceitar o convite pela deficiência da remuneração, e não ha assim maneira de recrutar pessoal idóneo para ordenar e catalogar os documentos, executar as prescrições do regulamento na sua parte mais importante e valorizar os trabalhos do Arquivo.

Em face do que fica exposto, não vemos pois motivo algum para rezear peias pelo facto do Arquivo Histórico depender do Estado Maior do Exército e não directamente do Ministério da Guerra. É uma entidade intermédia bem o sabemos, mas se o Estado Maior, com o seu prestígio da primeira estação superior do exército pouco consegue em benefício do Arquivo, muito menos conseguiria a simples direcção deste, desajudada daquele apoio.

E de resto o conhecimento do que se tem passado com o próprio Arquivo do Ministério da Guerra mostra-nos que, ao menos, o Arquivo Histórico ficou assim a coberto de toda e qualquer influência ou intervenção política, especialmente na nomeação e colocação do pessoal.

Quanto á repartição do Arquivo em duas grandes divisões, sendo a segunda constituída com os documentos referentes ás guerras coloniais, resulta de facto da disposição da lei orgânica do exército de 25 de maio de 1911 (art. 267.º) e é evidente que o regulamento não podia deixar de a atender e inserir.

Mas, apesar da citação do Arquivo do Ministério das Colonias — aliás ha referência no regulamento aos de todos os ou-

tros Ministérios — podemos garantir que pela mente dos autores do regulamento não passou, nem remotamente, a idéa de fazer encorporar no Arquivo Histórico tôda a documentação que naquêlê Arquivo existe referente ás expedições ao ultramar, ás campanhas nas nossas possessões, desapossando assim aquêlê Ministério e prejudicando a organização do futuro Arquivo Colonial.

Não; a questão visada é muito outra e de alcance muito mais restrito.

Em primeiro lugar devemos notar que ao Estado Maior cabem, pelo n.º 7.º do art. 264.º da lei orgânica do exército (atribuições da 6.ª repartição da 1.ª Direcção Geral), os estudos críticos sobre as guerras coloniais, para o que precisa dispôr dos relatórios gerais e parciais das operações.

Devemos também acentuar que não se compreenderia que o Arquivo Histórico coligisse toda a documentação respeitante às operações quer gerais, quer parciais do nosso exército, tanto na metrópole ou ilhas adjacentes como na Europa, e pusesse de parte a respeitante aos domínios ultramarinos, espalhados até 1822 pelas diferentes partes do mundo, como se ela não interessasse tanto como a primeira à historia geral do exército português e á particular das respectivas unidades.

Posto isto, notemos que de todas as expedições idas ao ultramar sempre ficou numerosa documentação de caracter puramente militar no Arquivo do Ministério da Guerra (e ainda alguma existe hoje do século XVIII), documentação que nada tem que colidir com a própria do Arquivo do Ministério das Colonias, relativa às mesmas expedições.

Diz muito bem o nosso camarada e amigo T. B. que as campanhas ultramarinas são precedidas de um período de gestação, por vezes muito longo e de episodios sempre inextricavelmente enlaçados na história geral. Pois bem: podemos asseverar que as disposições do regulamento do Arquivo Histórico não implicam, para sua execução, nem a posse da documentação correspondente a êsse período, nem mesmo ao da realização das operações, mas sim e apenas exigem o complemento da documentação dêsse Arquivo com a posse de cópias ou duplicados dos relatórios gerais dos comandos das expedições, embora destas cópias seja eliminada a parte política, quando considerada confidencial.

Os oficiais do estado maior remetem sempre ao Estado Maior do Exército relatórios das operações em que nas campanhas ultramarinas tomam parte; com a cópia dos relatórios parciais e gerais do Comando, na parte relativa às operações, fica a documentação essencial completa, e é isto o que se pretende alcançar.

Vejamos agora como o Arquivo Histórico colige o resto da documentação.

Para o Ministério da Guerra toda a expedição ao ultramar tem por base inicial a requisição formulada pelo Ministério das Colonias para a respectiva organização, requisição que indica o número e qualidade das unidades do exército metropolitano que a deverão constituir.

E' êste o primeiro documento que fica pertencendo ao Ministério da Guerra e que mais tarde irá parar ao Arquivo Histórico, com o resto do processo organizado na Repartição do Gabinete. Entretanto a minuta daquela requisição lá fica no Ministério das Colonias e reverte depois ao respectivo Arquivo, com o processo respectivo.

A' recepção da requisição, seguem-se as ordens para a preparação das unidades e delas se origina larga correspondência, toda privativa da Secretaria da Guerra, entre esta e os comandos de divisão, das unidades expedicionárias, estabelecimentos militares, etc... para a constituição, marcha e concentração das unidades até o momento do embarque destas, ocasião em que as tropas ficam então à disposição do Ministério das Colonias.

Durante a estada no ultramar e até o momento do regresso, continuam as unidades expedicionárias a manter constante correspondência com a sede e comando respectivo na metrópole, e a sua escrituração privativa, durante a expedição, a elas próprias pertence, e tudo mais tarde, após o regresso, vem a ser entregue no Arquivo do Ministério da Guerra, ou mais propriamente no Arquivo Histórico.

Ao Ministério das Colonias corresponde entretanto a importante correspondência do Comando ou quartel general da expedição e os relatórios parciais ou gerais das operações. Tudo isto ficará privativo do futuro Arquivo Colonial, como até agora o tem sido do Arquivo daquele Ministério.

É evidente que desde o regresso até à dissolução da ex-

pedição, nova correspondência e portanto nova documentação fica privativa da Secretaria da Guerra.

Vê-se pois e em conclusão, que cada campanha ultramarina em que tomam parte tropas da metrópole, vem a fornecer forçosamente documentação a dois Ministérios e portanto a dois Arquivos.

E desde que sejam fornecidas cópias ou duplicados dos relatórios gerais e parciais das operações, nada mais o Arquivo Histórico necessita alcançar do Ministério das Colónias para completar a respectiva documentação ácerca de cada expedição ultramarina, visto que êsses relatórios incluem as ordens de marcha, estacionamento e combate, descrevem as acções travadas, inserem dados estatísticos, mencionam a coadjuvação e serviços das tropas coloniais e indicam enfim os objectivos alcançados.

Garantimos pois: as disposições do regulamento do Arquivo Histórico referentes a expedições ultramarinas, em nada colidem, nem prejudicam a organização do futuro Arquivo Colonial, como o nosso amigo T. B. receou, em nada se referem a tropas do exército colonial.

Prestados êstes esclarecimentos, resta-nos agradecer ao nosso distinto camarada as amáveis referências que lhe merecemos, e nas quais há muita benevolência de amigo, e asseverar-lhe que enquanto permanecermos à testa do Arquivo Histórico empregaremos todos os nossos esforços e lutaremos com tenacidade para que as disposições do regulamento não fiquem em ponto algum letra morta, mas sim tenham plena execução.

Existe formulado e está em via de execução o plano de metódica e cronológica disposição do Arquivo e, logo que esta esteja executada, principiará a catalogação dos documentos, trabalhos êstes forçosamente demorados. Confiamos que nos auxiliem e nos não levantem dificuldades para a realização das prescripções mais importantes do regulamento e que devem levar o Arquivo Histórico à altura de uma instituição que não deslustre o país. E assim como algumas contrariedades teem surgido e que já deixámos apontadas e fundadamente verberámos, manda a justiça reconhecer que algumas boas vontades se têm manifestado na própria Secretaria da Guerra em favor do Arquivo.

Assim, algumas obras de certa importância teem sido concedidas, que teem contribuido para melhorar as condições da instalação—aliás sempre deficiente e sempre defeituosa—e espera-se que outras ainda de mais alcance para tal fim, sejam brevemente autorizadas.

Também devemos registrar que para acudir às primeiras e grandes despesas da instalação e montagem dos serviços do Arquivo e antes dêste dispor da sua receita própria, que só começou a perceber em fins de janeiro, o Ministério da Guerra concedeu 500\$00.

Há pois felizmente, a par de quem desconheça o aprêço e interesse que devem merecer os documentos histórico-militares, quem reconheça e se compenetre da necessidade de contribuir para a sua boa guarda e conservação. Já é alguma cousa, já é um progresso!

Se lograrmos vida e saúde, diligenciaremos suprir a nossa deficiente competência com a boa vontade que nos anima de produzir obra útil, que valorize de vez, torne conhecido dos investigadores e preserve de mais desfalques e ruina os restos da nossa opulenta documentação histórico-militar de outrora, restos ainda hoje valiosos.

P. S.

Um episódio da acção da cavalaria na Grande Guerra

Às 10 horas da manhã do dia 8 de setembro de 1914 a 5.^a divisão de cavalaria francesa, concentrada a 1.500^m a N. de *Levignen*, sob o comando do general Cornulier-Lucinière, recebe, por intermédio do comandante do corpo de cavalaria, general Bridoux, a seguinte missão:

«Seja qual for a fadiga dos cavalos e dificuldades a vencer alcançar ainda hoje a margem E. do Ourcq e fazendo actuar o canhão, na retaguarda do inimigo, já abalado, ajudar a determiná-lo a retirar.»

Ignoravam-se, neste momento, os sucessos já alcançados em outros pontos do vasto campo da batalha, depois conhecida

pela do *Marne*, o que não admira por as divisões de cavalaria não disporem, nesta época, de T. S. F., sabendo-se apenas que o inimigo ocupára de norte a sul *Villers-Cotterets*, *Gondreville*, *Ivors*, *Boursonne*, *Authail* e *La Ferté Milon*.

A operação reputava-se particularmente difícil pois era quasi impossível dar-lhe o cunho de surpresa, visto a extensa coluna de marcha da divisão ter de atravessar, para atingir a região onde devia operar, mais de 20 quilómetros de floresta sulcados pelas ligações, que certamente o destacamento inimigo de *Villers-Cotterets* não deixaria de manter com os outros destacamentos anteriormente citados; mas apesar disso tomando como primeiro objectivo a ponte de *Troesnes*, pôs-se em marcha sobre *Crepy en Valois* no intuito de seguir depois a estrada de *Villers-Cotterets* e ao chegar à altura do cabeço de *Montigny* cortar, através a floresta, para alcançar a região que lhe fôra designada para operar.

Seguindo este itinerário a guarda avançada, constituída pela 5.^a brigada ligeira às ordens do conhecido coronel Robillot, vê aterrar um avião alemão de que não consegue apoderar-se por os seus tripulantes se pôrem em fuga depois de lhe terem lançado o fogo; e mais além, perto de *Boursonne*, um esquadrão da mesma guarda avançada, ataca, depois de apear, um grupo de auto-metralhadoras cuja guarnição consegue aprisionar.

Conforme a ordem geral, estes incidentes não interrompem a marcha da coluna que, substituindo as fracções empenhadas em lutas parciais, continua a marcha, contornando sempre pelo *N* os obstáculos que surgem. Não tarda porém que incidentes mais importantes determinem uma acção mais enérgica. Quando a divisão chega ao caminho que desce para a ponte de *Troesnes* e o grosso começa a sair da floresta, um avião inimigo, aterra no planalto fronteiro, onde havia intenção de estabelecer a divisão, revelando a situação dum parque de aviação e tropas respectivas. O objectivo era tentador e a segurança da divisão impunha o actuar com energia e rapidez, pois conhecida dèste modo pelo inimigo a presença da divisão, impunha-se evitar que a noticia se pudesse propagar abafando-a na origem.

Era tempo também de dar começo de execução à ordem recebida, fazendo troar o canhão, e por isso o 10.^o de caça-

dores a que pertenciam as fracções avançadas da guarda avançada, recebe ordem de escalar o planalto. Os esquadrões dêste regimento, que a executam em diferentes pontos, em breve são detidos por rêdes de arame defendidas por infantaria e apesar do esquadrão que actua na direita ter conseguido obrigar a retirar para traz da respectiva infantaria, uma bateria, que apenas teve tempo de disparar um ou dois tiros, as condições tumultuárias do combate não permitem que êste prosiga com vantagem para a cavalaria, tornando-se necessário retirar as unidades empenhadas e prolongar o movimento para ir abordar o planalto, mais a leste, utilizando para isso um caminho muito áspero situado fóra das vistas do inimigo.

Seguindo êste caminho a guarda avançada alcança a crista onde se estabelece para proteger a escalada da divisão e respectiva artilharia a qual, pela grande fadiga das atrelagens, só consegue atingir o planalto devido ao esforço violento dos homens que levam as peças, quási exclusivamente a braços, instigados pelo desejo veemente de as utilizar contra os magníficos alvos constituídos por fôrças importantes, certamente reservas, que tranquilamente marchavam pela planície, a menos de 4.500^m, em direcção ao bosque de *Boeny*; uma peça foi metida em bateria, as outras seguem-na e em breve os seus tiros, convenientemente regulados, atingem o objectivo que é obrigado a desenfiar-se e a adoptar formações menos densas.

Entretanto, as tropas que ocupavam o planalto e que não tinham observado o movimento da cavalaria, sentindo-a agora bem perto tomam-na para objectivo dos fogos da sua artilharia, que não pode ser carregada por estar protegida por rêdes de arame e metralhadoras. Tinha já anoutecido e a divisão aproveita a oportunidade para interromper o combate e descer, protegida por esquadrões apeados e uma bateria, indo bivacar pelas 22 horas ao N. de *Faverolles*, na orla da floresta de *Villers-Cotterets*.

No intuito de propagar, o mais longe possível, no vale do *Ourcq* a perturbação já iniciada, o comando resolve que ao romper do dia imediato a divisão se dirigisse para a região a E. de *Noroy* donde se previa poder descobrir um vasto horizonte para o sul, e nesta conformidade foram expedidas as convenientes ordens saindo, durante a noute, para preparar esta operação, vários reconhecimentos dos quais o mais in-

interessante era o confiado ao tenente Gillois do 15.^o de caçadores, que recebeu a missão de completar as informações até então alcançadas sobre *Villers-Cotterets* e que vagamente davam esta povoação como ocupada.

Alcançada no dia imediato (9 de outubro) a região de *Noroy*, pôde a artilharia da divisão, utilizando magníficos observatórios, exercer eficazmente a sua acção contra alvos importantes que se deslocavam na região cujo centro é *Neully-Saint-Font*.

O comando reconhecendo que as reservas e comboios sobre que a divisão acabava de actuar provinham de *Soissons* julgou oportuno estender a sua acção mais para N. marchando a divisão naquela direcção. Ao alcançar a crista cotada 197, que domina *Villers-Helon* e donde se domina bem as estradas, que vindo de *Soissons* se dirigem uma a *Paris* por *Villers-Cotterets* e a outra a *Chateau-Thierry* por *Oulchy le Chateau*, avistaram-se, seguindo por estas estradas, dois enormes comboios, devidamente escoltados, contra os quais o comando resolve actuar simultaneamente, embora não perdendo de vista o alcançar informações sobre *Soissons*.

Nesta orientação resolve fazer atacar o comboio que segue a estrada *Soisson-Oulchy* por um grupo de esquadrões e uma secção de metralhadoras sob o comando do major Jouillié; atacar com o grosso da divisão o que seguia a estrada *Soisson-Villers-Cotterets* e enviar o tenente Gironde do 22.^o de dragões em reconhecimento sobre *Soissons*. Como orientação geral foi comunicado aos grupos, que terminadas as operações deviam procurar alcançar *Nanteuil-le-Haudoin*, visto o estado de extraordinária fadiga dos animais aconselhar a aproximação da região inicial do raid.

De Gironde, no desejo de alcançar rapidamente o seu objectivo, dirige-se directamente sobre *Soissons*, na intenção de, uma vez obtidas as desejadas informações, alcançar a floresta de *Villers-Cotterets*; para a coberto se dirigir a *Nanteuil-le-Haudoin*; mas apenas haviam decorrido 3 horas depois que havia iniciado a sua exploração, reconheceu ter sido descoberto por dois pelotões de cavalaria alemã, que apesar de recusarem sistematicamente o combate, não deixavam contudo romper o contacto.

Perto da noute, quando depois de recolher os elementos

que destacára, para colher as informações que desejava, procurava alcançar a floresta de *Villers-Cotterets*, verifica que as estradas estão guardadas por grupos de ciclistas e de infantaria, motivo porque resolve marchar francamente para *O* e mantendo-se a *N* da referida floresta contornar a ala direita alemã escoando-se através os seus elementos de protecção.

Neste intuito tateia as pontes de *Cœuvres* e *Laverdine* e verificando estarem ambas barricadas desenfia o seu esquadrão numa ravina, aguardando se restabeleça o sossêgo do alarme provocado pelo reconhecimento às pontes. Às 22 horas obriga um guia a indicar-lhe um vau, de que umas crianças haviam durante o dia falado aos soldados e seguindo por êle consegue alcançar o planalto de *Mortefontaine* indo estacionar perto da meia noute na quinta de *Vauberon*, pois o estado e fadiga dos homens e cavalos impunham um descanso. Quando com o cerra-fila estudava a melhor fórma de se entrincheirarem para fazerem face a qualquer surpresa um criado da quinta informa o tenente Gironde de que a menos de 1.500^m se tinha estabelecido, durante a tarde, um parque de aeroplanos. Esta noticia é recebida com entusiasmo pelos dois oficiais e Gironde, sem se lembrar já do estado de fadiga anterior, determina atacar imediatamente o inimigo para o que fez executar rapidamente um reconhecimento prévio no intuito de precisar indicações sôbre pontos em que o criado não era suficientemente claro.

Para o ataque dividio o esquadrão em três grupos; o grupo mais importante constituido pelos pelotões dos alferes Villelume e Kerillis, sob as ordens dêste último, devia aproximar-se, rastejando, do acampamento adverso e nele lançar a perturbação, por um fogo rápido executado a curta distância; o grupo a cavalo constituido pelo pelotão do alferes Vilaine e do qual o próprio Gironde tomaria o comando, aproveitaria o alarme causado pela acção do grupo anterior e lançar-se-ia sobre os fugitivos; a reserva constituida pelo pelotão do alferes Ronin estabelecer-se-ia próximo da fábrica *Râperie*.

O grupo de Kerillis actua rápida e silenciosamente. Tendo avançado em linha de esquadras a uns cincoenta metros do inimigo desenvolve em linha e responde ao «Quem vem lá» do inimigo com três rajadas consecutivas deitando-se segui-

damente para, conforme estava combinado, aguardar a intervenção do outro grupo que, aos gritos de «Viva a França» ataca o inimigo intrincheirado nas viaturas. Gironde gravemente ferido consegue antes de morrer transmitir o comando a Kerillis, que por seu turno ao atacar uma viatura central, onde se combatia mais encarniçadamente, foi ferido por um tiro num braço e seguidamente prostrado com uma coronhada na cabeça; procurando defende-lo perde a vida o dragão Cossenet e só mais tarde, rastejando, alguns soldados conseguem trazê-lo para a retaguarda, onde recuperando os sentidos é levado para a aldeia de *Montigny-Langorin*, e aí instalado em casa dum tal Reynaud e tratado pelo abade Saintcyr.

Ocupada mais tarde esta povoação pelos alemães, Kerillis faz-se passar por tuberculoso e embora despojado do leito onde se encontrava consegue que lhe deixem uma porção de palha num quarto ocupado por sargentos alemães onde se instala. Depois de três dias (11 de setembro) o tróar do canhão aproxima-se e os alemães começam a desfilar para N. E; nesse dia à noute, com o auxílio do abade Saintcyr, escreve um longo relatório onde narra minuciosamente tudo quanto viu e ouviu e envia-o ao comando por dois dragões válidos que se tinham escondido nas proximidades e um dos quais o leva escondido nos saltos das botas.

Do esquadrão Gironde morreram nesta acção o tenente Gironde, seu comandante, o alferes Villaine e 25 dragões que foram enterrados no cemitério de *Vivieres*; foi ferido o alferes Kerillis e feitos prisioneiros o alferes Villelume e alguns dragões, conseguindo os outros fugir auxiliados pelos habitantes que carinhosamente os receberam.

O comandante Joullié não foi feliz na sua acção contra o comboio que seguia a estrada *Soissons — Oulchy-le-chateau* sendo êle próprio ferido e mais tarde feito prisioneiro.

Quanto ao grosso da divisão, dentro da missão que inicialmente lhe havia sido imposta procurou interpor-se entre *Villers — Cotterets e Soissons* por forma a interromper todas as comunicações que se dirigissem para *Soissons e Compiègne* ou para *Villers — Cotterets* e para isso tomou o caminho que partindo de *Longpont* se dirige a *Emiéville* através a zona N da floresta de *Villers - Cotterets*. Depois da divisão entrar na

floresta o esquadrão Wallace é encarregado de atacar o comboio que seguia a estrada *Soissons-Villers-Cotterets*, missão de que se desempenha com propósito e energia fazendo explodir os camions que conduziam munições. O ruído das explosões e o alarme lançado pelos fugitivos, novamente movimentou esta região, levando a organizarem-se destacamentos com o objectivo de dar caça à audaciosa divisão.

Chegado perto de *Emiéville*, a guarda avançada da divisão constatou estarem interrompidas as comunicações com *Crepy-en-Valois*, como aliás já tinham informado os habitantes, verificando também as suas patrulhas que a direita alemã se tinha prolongado até *Feigneux*; por isso e no intuito de tornear o flanco adversário a divisão segue o vale de *Autonne* até *Orrony* e subindo por aí ao planalto bivaca entre as 22 e 23 horas em volta de *Verrines*.

Ao romper do dia a divisão toma a direcção de *Nanteuil-le-Haudoin* e verificando pelos reconhecimentos estar ocupada a frente *Hulx-Trumelly*, pois o inimigo vindo de *Compiègne* tinha prolongado a frente até ao *Oise*, resolve o comando, visto desconhecer a situação das tropas francesas e a profundidade da zona ocupada pelo inimigo, continuar a lançar a perturbação no adversário bombardeando-lhe aquela posição e estender mais para o N a sua acção.

De momento foi tomada a direcção geral de *Pierrefonds*, na intenção de utilizar a floresta de *Compiègne* como mascara que facilitasse, conforme as circunstâncias, ou operar a E e N.E. dela ou seguir sem ser pressentido para O; por esta razão, a divisão volta novamente a *Orrony*, onde o 5.º de caçadores carrega e destroça um destacamento de ciclistas alemão, e ao subir ao planalto a guarda avançada é fusilada a menos de 1.500^m por uma força de infantaria, escolta dum importante comboio em marcha de *Compiègne* para *Crepy-en-Valois*; é com custo que a artilharia, toma posição no planalto e domina o fogo da infantaria obrigando-a a refugiar-se nos bosques, permitindo assim que alguns esquadrões, em combate a pé, acabem de desorganizar o comboio e avancem até á vertente N. E. onde se estabelecem.

Protegida por estas disposições o grosso da divisão vem ocupar por sua vez o planalto, deixando ficar para a retaguarda o trem de combate, que tendo sido bastante maltra-

tado pelo fogo do adversário, na primeira parte da subida, tomou a estrada de *Verberie*, só se reunindo mais tarde à divisão devido à acção energica do dr. Petit e capelão Neber.

A artilharia alemã, interveiu para proteger a sua infantaria e com tanta energia e precisão o fez que a artilharia da divisão é obrigada a abandonar a luta depois de ter perdido uma boca de fogo desmontada pelo inimigo.

Uma vez na floresta a divisão de cavalaria prossegue a marcha em direcção a *Pierrefonds*, mas acentuando-se a fadiga de homens e cavalos e na possibilidade de o inimigo não ter destruído a ponte de *Croix saint Ouen*, o comando determina forçar esta passagem caso ainda não tivesse sido destruída a ponte ou sendo assim procurar a de *Verberie*. No caso que nenhuma destas passagens pudesse ser utilizada tomar-se-ia como resolução suprema, voltar a actuar na região onde de manhã se havia operado e esgotadas as munições da artilharia encravar as peças e forçar a passagem carregando o inimigo em linha de colunas.

Quando a guarda avançada ia iniciar o ataque à ponte de *Croix-saint-Ouen*, que o inimigo efectivamente não havia destruído, mas que defendia, a respectiva guarda acabava de partir sem ser rendida o que permitiu à divisão franquear o *Oise* sem ser necessário recorrer ao combate, mas o estado de extrema fadiga nas atrelagens da artilharia levaram o seu comandante, coronel Darroque, a propôr a destruição dos cofres pesados, medida que as circunstâncias fizeram que fosse aceite pelo comando.

Tendo transposto o *Oise* a divisão segue para *Estrées saint-Denis* na intenção de passar a linha férrea entre *Clermont* e *Saint-just-en-chanssée*, mas o inimigo, certamente informado pelas patrulhas de cavalaria que haviam estabelecido o contacto com a divisão logo que esta transpôs o *Oise*, determinou dar-lhe caça, tomando disposições que foram conhecidas pelo comando da divisão de cavalaria, por haver sido aprisionado o motociclista encarregado de levar a respectiva ordem ao comandante da guarnição de *Clermont*.

Na estrada de *Estrées saint-Denis* a divisão quasi foi alcançada por um destacamento de auto-metralhadoras alemãs que havia saído de *Compiégne* em sua perseguição e que um caso picaresco não permitiu que entrasse em acção. Foi o

caso que marchando na testa da coluna e bastante distanciado o automovel que conduzia os officiaes, o chauffeur vendo a estrada barrada por um grupo de três cavaleiros, que tinham ficado para a retaguarda para ferrar um cavallo, e assustando-se com um movimento brusco dum dêles, procurou voltar rapidamente o auto para a retaguarda o que determinou tombar-se a viatura; isto, visto dos que a seguiam, foi tomado como uma emboscada em que haviam caído os officiaes determinando a fuga das restantes viaturas.

Em *Saint-just* perto de *Beauvais*, local atingido das 11 horas para o meio dia de 11 de setembro, pode-se considerar terminado o raid da 5.^a divisão de cavalaria, mas não os trabalhos desta divisão durante a guerra pois que no dia 13 recebia ordem para marchar com *todos os cavalos que pudessem ainda andar* a reunir-se ao *Corpo de cavalaria*, a fim de tomar parte na offensiva geral que prosseguia.

J. M. S.

O orçamento do Ministério da Guerra

Os acontecimentos políticos de outubro último, que determinaram a dissolução do Parlamento, impediram-me de apresentar na Camara dos Deputados o parecer relativo à proposta orçamental do Ministério da Guerra para o corrente anno económico, de que era relator, e que se achava já concluido à data daqueles acontecimentos.

Esse trabalho ficou assim inutilizado para a discussão parlamentar, mas como nele eram versados alguns pontos de incontestável interesse para o exército, julguei conveniente dar publicidade à matéria de maior relêvo que elle continha e que ainda possa ser aproveitada como subsídio para o estudo de problemas que estão por solucionar.

O limitado espaço de que posso dispor na *Revista Militar* obriga-me, porém, a resumir o mais possível essa matéria, que era tratada no aludido parecer com o desenvolvimento natural em trabalhos daquela natureza.

I

Dispositivo da proposta

Discordo em absoluto da forma por que é elaborada a proposta orçamental do Ministério da Guerra.

Tal como é sujeita à sanção parlamentar, não traduz somente os encargos sofridos pelo país com a manutenção do exército, por que a tal se não destina um grande número de verbas ali inscritas, e não é criteriosamente classificada a *Despesa extraordinária*, em que se incluem rubricas que ali não deviam figurar e se não mencionam outras que com propriedade lhe pertenceriam.

E é também certo que, para se poder fazer o rigoroso cálculo do custo da força armada, a proposta orçamental deveria fazer referência às receitas constituídas: pelos descontos feitos aos oficiais do exército para imposto de rendimento, patente e compensação para reforma, pelas pensões pagas pelos alunos das escolas militares, pelo aluguer de imóveis pertencentes ao Ministério da Guerra, pelo produto de vendas em hasta pública de solípedes e artigos inutilizados, pelo produto da venda de diversas publicações do mesmo Ministério, pela cobrança da taxa militar, etc.

Constitue a quasi totalidade destas verbas receita geral do Estado, em cujos cofres dá entrada pelo Ministério das Finanças, mas não deve esse facto obstar a que na proposta orçamental do Ministério da Guerra se mencione, por epígrafes, a receita que delas provem.

Quanto à distribuição da despesa, a proposta orçamental do Ministério da Guerra devia ser dividida em três partes, sem prejuizo de em cada uma delas se separarem os encargos do pessoal dos encargos de material, princípio geral de contabilidade que se deve manter rigorosamente.

A primeira parte — *Despesa ordinária* — devia servir para mostrar duma forma clara quanto custa o exército com a actual organização.

Devia, pois, ser elaborada no exclusivo critério de só mencionar despesas que resultassem de:

a) manter os efectivos das leis orgânicas do exército e de recrutamento;

b) instruir êsses efectivos;

c) assegurar o funcionamento dos serviços de que carecem a manutenção do exército em pé de paz e a preparação para a guerra.

A segunda parte — *Despesa extraordinária* — devia incluir unicamente os créditos precisos para:

a) Novas construções exigidas pelos progressos militares;

b) aquisição ou fabrico de novos modelos de material de guerra de toda a ordem;

c) aquisição ou fabrico de material de toda a espécie, destinado a constituir reserva de guerra;

d) conservação nas fileiras do excesso dos efectivos orgânicos por motivo de manutenção da ordem pública, se não se quizesse adoptar o critério, mais justo, de incluir esta despesa no orçamento do ministério do Interior.

A terceira parte — *Encargos anexos* — devia mencionar as despesas com pessoal e serviços que, embora dependentes do Ministério da Guerra, não teem uma relação real e directa com as necessidades do exército, como órgão de defesa nacional.

Estão neste caso: a obra social e tutelar dos exercitos de terra e mar, a comissão de ensino primário, as escolas primárias regimentais, a conservação e reparação dos monumentos militares do país, a Fraternidade Militar, o subsidio ao Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios, algumas das *Despesas diversas e eventuais* e as *verbas* consignadas às classes inactivas.

Por esta forma, as despesas militares seriam mais rigorosamente classificadas e obter-se-ia uma maior clareza na leitura da proposta orçamental.

II

Critica dos processos administrativos

As verbas postas à disposição do exército devem ser utilizadas pela forma mais económica e dentro dos preceitos rígidos das leis de contabilidade.

Pesado encargo para o povo contribuinte que, numa apreciação simplista, considera as despesas militares como improdutivas, elas carecem, mais que quaisquer outras, de ser cabalmente justificadas e as verbas rigorosamente applicadas em harmonia com as diversas rúbricas para que são votadas.

Nem sempre assim tem sucedido, infelizmente, adoptando-se processos de administração que não devem subsistir.

Salientam-se entre estes os que dizem respeito a saques de fundos e a abono de gratificações.

Saques de fundos — As unidades militares sacam mensalmente da tesouraria do Ministério da Guerra ou das agências do Banco de Portugal as verbas para pagamento de soldos, prés, gratificações e outras despesas privativas.

Estes saques sucessivos não teem limite marcado, passando os saldos, quando os há, de mês para mês, até ao de junho, no fim do qual tem de fazer-se a liquidação nos termos das disposições da contabilidade.

Tem sucedido, porém, nos ultimos tempos, accusarem as unidades e alguns estabelecimentos saldos importantes em 30 de junho de cada ano, saldos que deviam entrar nos cofres do Estado, mas que são entregues na agência militar, onde ficam à disposição do ministro.

Outras unidades e estabelecimentos, ao accusarem os saldos, pedem para os aplicar em obras, aquisições de material, etc.

Por qualquer das formas se contrariam os preceitos que regem as finanças do Estado, viciando-se fundamentalmente o orçamento, pois verbas votadas para encargos de pessoal vão assim ser dispendidas em material, e vice-versa, inutilizando-se a fiscalização parlamentar.

Para terminar com este estado de cousas, acompanhava o parecer a seguinte proposta:

PROPOSTA

Art. 1.º — As importâncias de que careçam os conselhos administrativos das unidades e estabelecimentos militares para efectuarem as suas despesas mensais ser-lhes-hão processadas pelo serviço de administração militar em títulos do modelo determinado na legislação respectiva.

§ 1.º — Para êste efeito, serão remetidas pelo serviço de administração militar aos mencionados conselhos administrativos, para as despesas de cada mês, títulos, devidamente processados, das importâncias que aos mesmos conselhos fôrem liquidadas no mês anterior.

§ 2.º — Ao serviço de administração militar fica reservado o direito de processar a favor dos aludidos conselhos administrativos títulos de quantia inferior à que lhes foi liquidada no mês anterior, desde que reconheça que desta êles não carecem na totalidade.

§ 3.º — Quando os referidos conselhos administrativos tenham necessidade de aumentar o saque mensal, além da importância que lhes foi liquidada no mês anterior, enviarão ao serviço de administração militar um pedido fundamentado em que indiquem o aumento de que precisam por epígrafes do orçamento.

Art. 2.º — Os conselhos administrativos das unidades e estabelecimentos militares deverão enviar até ao dia 10 de cada mês ao serviço de administração militar as contas documentadas das despesas relativas ao mês anterior.

Art. 3.º — A liquidação das contas mensais respeitantes a despesas normais dos mencionados conselhos administrativos deve estar concluída até ao dia 20 do mês imediato àquele a que as contas disserem respeito.

§ 1.º — Quando, excepcionalmente, essa liquidação se não faça no praso marcado neste artigo, o serviço de administração militar processará os títulos pela importância acusada pelas contas mensais como dispendida, procedendo-se oportunamente à necessária liquidação.

§ 2.º — Proceder-se-há também pela forma preceituada no § antecedente, quando se reconhecer a necessidade de habilitar os conselhos administrativos, antes de 20 de cada mês, com os fundos precisos para ocorrerem às suas despesas.

Art. 4.º — Cessa a remessa de títulos de despesas mensais normais para processo no serviço da administração militar que até agora era feita pelos conselhos administrativos das unidades e estabelecimentos militares.

Art. 5.º — A Direcção Geral dos Serviços Administrativos do Exército elaborará as instruções necessárias para a cabal execução desta lei.

Art. 6.º — A Agência Militar entregará na Caixa Geral do Estado, logo após a publicação desta lei, todas as importâncias que se encontram em seu poder nesta data, provenientes de reposições feitas pelos conselhos administrativos das unidades e estabelecimentos militares.

Art. 7.º — Fica revogada a legislação em contrário.

Abono de gratificações — Nenhum vencimento, seja qual for a sua natureza, deve ser pago pelos cofres do Estado sem estar autorizado por lei ou decreto com força de lei. Apesar disso, teem-se efectuado pagamentos de gratificações por efeito dos decretos simples n.ºs 7064 e 7412 e até por meros despachos ministeriais. Torna-se indispensável regularizar esta situação ou transformando em lei os decretos citados e os despachos ministeriais ou revogando as suas disposições.

III

Progressão das despesas militares

O primeiro orçamento referente à actual organização do exército é o do ano económico de 1911-1912 e nele se computava a despesa ordinária em 10.124.717\$60,7 e a extraordinária em 124.054\$00.

O quadro que elaborámos mostra as alterações que aquelas despesas foram sofrendo nos orçamentos até ao ano económico de 1917-1918, inclusivé, e nas propostas orçamentais, não discutidas, relativas aos anos económicos de 1918-1919, 1919-1920, 1920-1921 e 1921-1922.

Não se incluem nesse quadro as despesas que foram feitas pela rubrica *Despesas excepcionais resultantes da guerra*, nem está rigorosamente apurado o seu montante, fazendo-se ainda liquidações por essa rubrica.

Mas, o que se pode afirmar é que por ela foram suportados muitos encargos que com mais propriedade deveriam caber nos orçamentos ordinários.

Estes orçamentos, a partir do ano económico de 1916-1917, não podem, portanto, ser considerados como a exacta expressão das despesas militares, sem se lhes adicionarem as que indevidamente foram pagas pela citada rubrica.

Difícil, se não impossível, será efectuar hoje o apuramento da importância dessas despesas, visto que a sua despesa se não foi fazendo regularmente, e assim escasseiam elementos para a rigorosa correcção de algumas rubricas orçamentais.

**Quadro comparativo dos orçamentos do Ministério da Guerra
desde o ano económico de 1911-1912**

Anos económicos	Despesa ordinária	Despesa extraordinária
1911-1912.....	10.124.717\$60,7	124.054\$00
1912-1913.....	10.252.158\$19,5	122.500\$00
1913-1914.....	9.656.470\$00	200.000\$00
1914-1915.....	10.738.787\$00	95.000\$00
1915-1916.....	11.722.114\$00	2.500\$00
1916-1917.....	11.329.775\$26	22.500\$00
1917-1918.....	11.349.999\$36	22.500\$00
1918-1919.....	13.658.515\$54	207.500\$00
1919-1920.....	39.008.846\$03	5.219.500\$00
1920-1921.....	39.894.673\$49	2.008.873\$20
1921-1922.....	62.154.320\$89	25.516.000\$00

Vê-se, pela análise deste quadro, que nos anos económicos de 1916-1917 a 1918-1919, que correspondem à realização e liquidação de importantes despesas motivadas pela nossa participação na guerra e doutras que dela não derivaram expressamente, os orçamentos ordinários pouca alteração sofreram, comparada com a que experimentaram os orçamentos posteriores àquele ano.

As razões deste facto baseiam-se na já citada circunstância de se liquidarem despesas ordinárias pela rubrica das *Despesas da Guerra*.

Em 1919-1920, a proposta orçamental já triplicava a despesa ordinária proposta para 1918-1919 e multiplicava por 25 a sua despesa extraordinária.

Significa isto que, tendo-se restringido a partir deste ano o pagamento de despesas correntes por conta da aludida rubrica, sem, todavia, se abolir ainda totalmente um processo tão contrário aos sãos princípios de contabilidade, se tornou necessário elaborar orçamentos ordinários mais aproximados da verdade dos factos.

Na proposta para 1920-1921, a despesa ordinária man-
1922

tem-se sensivelmente a mesma, diminuindo $\frac{3}{5}$ a despesa extraordinária em relação á proposta anterior.

Na proposta para 1921-1922, os aumentos sôbre a anterior vão a cerca de $\frac{3}{5}$ para a despesa ordinária e á multiplicação por 12 da despesa extraordinária.

Se compararmos esta última proposta com o orçamento de 1911-1912, verificamos que a despesa ordinária nos apparece multiplicada por 6 e a extraordinária por 205.

Basta esta simples indicação para mostrar a inadiável necessidade de remodelar os serviços militares, reduzindo as suas despesas ás possibilidades financeiras do Estado que, evidentemente, não comportam um encargo desta natureza.

Ninguém ignora que em todos os países que possuem exércitos regulares as despesas militares sofrem normalmente progressivos aumentos e que êstes se acentuaram nos últimos anos, devido á influência de factores sociais e económicos de variada ordem.

Nós não podíamos ser excepção a esta regra, mas os acrescimos experimentados pelas nossas despesas militares ultrapassaram os limites razoaveis.

Os factores de ordem geral que determinam o agravamento dos encargos militares de todos os povos são, em primeiro lugar, as descobertas scientificas e os progressos industriais para o aperfeiçoamento dos meios ofensivos e defensivos.

As descobertas scientificas, como as do automobilismo, telegrafia sem fios e aviação, conduzem á modificação dos meios de transporte, de transmissão e recepção de comunicações e de serviço de reconhecimentos, provocando a organização de novos serviços militares e a criação de unidades especiais.

Os progressos industriais relativos ao material de guerra, originam substituições radicais dos armamentos ou transformações importantes no material distribuído ás tropas. Mas, sobrelevando ainda a êstes factores, os fenómenos sociais dos últimos tempos, que transformaram a vida económica dos povos, tiveram a sua recuperação lógica em todos os serviços dos exércitos.

Tudo encareceu e curioso será o analisarmos, no que especialmente nos diz respeito, os aumentos sofridos pelos generos e artigos indispensáveis á vida das tropas e pelas ta-

rifas de vencimentos do pessoal e de salários dos operarios das fábricas e oficinas a cargo do Ministério da Guerra.

Isso faremos no próximo artigo.

Fevereiro de 1922.

A. DAVID BRANQUINHO.

Major da adm. militar.

Obras oferecidas

Dados astronómicos para os almanaques de 1922-1923

para Portugal. — Em dois folhetos subscritos pelo nosso ilustre camarada e consócio coronel FREDERICO OLM, actual director do Observatório Astronómico de Lisboa, acabam de ser publicados os *dados astronómicos* para os almanaques dos dois primeiros anos, publicação que, com toda a regularidade, vem sendo feita por aquele observatório desde 1917.

Como nos anos anteriores, conteem os dois folhetos, que temos presentes, indicações relativas ao nosso país, continental, insular e colonial, não só indisp nsáveis para os confeccionadores de almanaques como interessantissimas para o público em geral.

Insere além disso o folheto relativo a 1922 umas paginas de homenagem bem merecida ao ilustre homem de sciência, o falecido almirante Compo Rodrigues, honra e gloria do nosso país, que durante trinta anos foi director do Observatório da Tapada, páginas em que é transcrito o artigo que, por ocasião da sua morte, foi publicado nesta Revista.

O folheto relativo a 1923 traz também, como appendice, uma noticia interessante sobre "o fim d mundo".

Ai se encontra deduzida a possibilidade de acabar o mundo quando menos se espere, não pelo frio, como durante anos se supoz, nem pelos gazes deletérios emanados dos cometas ou por mas-as poderosas dèstes destacadas, mas por uma forma mais provável, deduzida de descobertas recentes, que simplesmente não permitem — infelizmente para a humanidade! — prever o momento da realização do fenómeno.

Este consistirá no choque formidável dum planetoide obscuro — dos muitos que devem vaguear pelo espaço — como o Sol, que assim se tornará, pelo desenvolvimento extraordinário de energia calorifica produzido por êsse combate, 10 000 vezes mais luminoso, aumentará 6.000 em área e elevará a sua temperatura muitas dezenas de vezes, supondo que aquele planetoide tenha apenas um cente simo da massa terrestre.

Na terra tudo se fundirá "como o estanho do soldador á chama do maçarico"!.

Tal é a sentença de morte que hoje nos lembram os astrónomos. Acabaremos... *fundidos*, se não acabarmos... de outra forma!

Resta-nos agradecer a amabilidade da oferta dos dois folhetos a que nos referimos e fazer votos para que de aqui a um ano possamos mais uma vez registar a publicação dos "Dados astronómicos", sinal certo de que não estaremos ainda... *fundidos* de todo, como é nosso desejo.

L. M.

CRÓNICA MILITAR

Alemanha

A pistola metralhadora «Parabellum». — Durante a guerra os oficiais alemães estavam armados com a pistola *Parabellum*, que tinha um carregador com 10 cartuchos. Esta pistola tem sofrido várias transformações, estando o último modelo dotado com um carregador com 32 cartuchos, tornando-a uma verdadeira metralhadora portátil. Ultimamente constitui o armamento não só dos oficiais da *Reichswehr*, mas dos sargentos e de alguns cabos e soldados escolhidos. Cada companhia alemã, além das espingardas, das metralhadoras pesadas e espingardas-metralhadoras, terá ainda 15 pistolas do novo modelo. O mesmo carregador pode ser adaptado à pistola *Bergman* de que estão munidos os agentes de polícia.

Belgica

Encorporação da classe de 1920. — Os recrutas da classe de 1920 foram encorporados nas seguintes datas:

Infantaria, no dia 1 de dezembro de 1921;
outras armas e serviços, em 5 de dezembro de 1921;
os estudantes que devem fazer os cursos das escolas dos oficiais de reserva, em 5 de dezembro de 1921.

O ministro da guerra determinou que se procure distribuir pelas diferentes unidades os recrutas flamengos e Walões para assim se fazer a fusão entre estes dois elementos da população, e evitar-se as tendências separatistas, que tantas vezes se manifestam.

Escola de cavalaria. — A escola desta arma, que se instalára provisoriamente em Terweren, vai ser transferida para Braschaet, onde está já a escola de artilharia.

A partir de 1923 voltar-se-há ao regime normal e então esta escola de cavalaria compreenderá:

- 1.º — Um centro de estudos técnicos;
- 2.º — Um curso para alferes da reserva, que receberá 80 sargentos;
- 3.º — Uma escola de sargentos;
- 4.º — Um curso de aperfeiçoamento para os alferes do activo;
- 5.º — Um curso de equitação;
- 6.º — Um curso para oficiais das armas não montadas;
- 7.º — Um curso de ferradores.

Conselho superior da defesa nacional. — Em virtude de uma proposta do ministro da defesa nacional (guerra e marinha) o *Conselho superior da defesa nacional* foi aumentado com mais três vogais, ficando assim constituído: presidente, S. M. el-rei; vice-presidente, o ministro da defesa nacional; vogais, o chefe do E. M. general, os inspectores gerais das armas, o comandante da aeronáutica militar, o comandante da 6.ª divisão de artilharia, o comandante do exército belga de ocupação, o comandante da posição fortificada de Anvers. Desempenha as funções de *secretário* o chefe do gabinete do ministro.

Organização da aeronáutica militar. — Em tempo de paz o corpo de aeronáutica militar compreende um E. M. (8 oficiais e 15 praças), 7 gru-

pos de esquadrilhas, sendo: 4 esquadrilhas de aérostação, 6 esquadrilhas divisionárias, 3 esquadrilhas de reconhecimento, 3 de caça, 3 de bombardeamento, e 3 esquadrilhas de escola, 3 esquadrilhas técnicas, 1 esquadrilha de material e parque e 1 esquadrilha de depósito. Total: 155 oficiais e 2.484 praças.

Espanha

Concurso de tiro. — Das 464.000 pesetas destinadas aos cursos de instrução das quatro secções da Escola central de tiro, foram concedidas 23.550 à 3.ª secção e 6.750 à 4.ª secção da mesma escola para os concursos regimentais de tiro dos corpos de infantaria e cavalaria, que se deverão realizar no presente ano de 1922.

Entrega de um aeroplano ao exército, manda-o construir pela provincia de Granada. — Seguindo o exemplo de outras provincias, a de Granada mandou construir um aeroplano para ofertar ao exército. Este aeroplano é um magnifico *Havilland* de 450 H. P. e com motor Napier, tendo custado 3.500 libras esterlinas.

A cerimónia da entrega teve lugar no aeródromo de Cuatro Vientos às 11 horas de 19 de fevereiro. O novo aparelho foi benzido pelo bispo de Sião e foi madrinha S. M. a rainha, que assistiu ao acto.

A entrega foi feita por uma comissão, constituída pelos senadores e deputados da provincia. O capitão general de Madrid, general Ozco, representando o ministro da guerra, que não pôde assistir, pronunciou um discurso exaltando o patriotismo dos granadinos. Assistiram ao acto o coronel Mendez Vigo, chefe interino da aviação, todo o pessoal do aeródromo, o subsecretário do ministério da guerra, general Ardanaz, o capitão general de Madrid com o seu chefe de E. M., muitos officiaes e senhoras.

O aeroplano, que se ficou chamando *Granada*, fez vários vôos. Brevemente será incorporado na esquadrilha Napier, que se está organizando em Burgos.

A provincia de Granada ofereceu ainda o terreno para um aeródromo em Armilla, prontificando-se a fazer as despesas com as diversas instalações.

Estados Unidos

Os effectivos da «Guarda Nacional» em 1921. — Os effectivos da *Guarda Nacional* no fim do 1.º semestre de 1921 era de 99.432 homens, assim distribuidos:

Infantaria	62.621
Tanks	708
Cavalaria	9.805
Artelharia de campanha	12.741
Artelharia de costa	7.475
Corpo de sinaleiros	743
Corpo medico	997
Trem	794
E engenharia	3.447
Aeronautica	114
Companhias motociclistas	36
Policia militar	51
Total	90.432

Conta-se ter em breve um effectivo de 140 000 homens, visto que os alistamentos vão aumentando.

Peça de 75 d grande alcance. — Continúa a ser dada execução ao programa de reorganização do material de campanha. Dois novos tipos de re-

paro estão em estudo. Um deles, tipo Deport, é destinado a uma peça de 75 com um alcance de 13.700 metros, e permite executar o tiro com a amplitude de 30° no sector horizontal e -40° a 80° no sector vertical.

A peça em bateria pesa 1.666 kg. e a viatura-peça 2.176 kg. Estudam-se porém certas modificações no reparo de maneira que a viatura-peça não tenha mais de 2.000 kg.

Artelheia anti-aérea.—A comissão encarregada de estudar os aperfeiçoamentos a introduzir no material, é de opinião que a artelheia anti-aérea deve compreender só 2 tipos de bocas de fogo: uma peça ligeira de 76 m/m e uma pesada de 112 a 127 m/m.

A peça ligeira lançará um projectil de 7 kg., com uma velocidade inicial de 635 m por segundo.

O reparo permitirá executar o tiro num sector horizontal de 360° e de 80° no sector vertical. A viatura-peça será automotora, com patilhas, e com uma velocidade de 19 km. à hora.

A peça pesada lançará um projectil de 20 kg. A viatura-peça não pesará mais de 10 ton. e terá uma velocidade de 13 km. à hora, empregando também uma auto-motora de patilhas.

Reorganização da artelheia.—Em virtude da redução dos efectivos do tempo de paz, a artelheia sofreu alterações na sua organização.

A *artelheia divisionária* passa a ser constituída por 2 regimentos de 75 m/m em cada divisão, ficando assim existindo 6 regimentos no exército regular. A *artelheia de corpo* fica constituindo uma brigada com 2 regimentos pesados, compreendendo 1 regimento de artelheia de 155 m/m Schneider; 1 batalhão de 155 m/m G. P. F., 1 batalhão de obuses de 8 polegadas e 1 batalhão de obuses de 240 m/m.

Centros de instrução.—Em cada região de corpo de exército foi criado um *centro de instrução*, sendo cada um deles constituído por:

- 1.º—Um grupo de depósito;
- 2.º—Um grupo de instrução, compreendendo 1 regimento de infantaria, 1 batalhão de artelheia de campanha, 1 esquadrão de cavalaria e 1 companhia de engenharia. Ao *grupo de depósito* compete as operações de recrutamento e alistamento dos homens e sua distribuição; a instrução dos analfabetos e dos homens que não falam o inglês; e por fim o estudo dos planos de mobilização e desmobilização. Em tempo de guerra, prepara os campos de mobilização e dirige o seu funcionamento, recebe e reparte os convocados e alista os voluntários.

O *grupo de instrução*, em tempo de paz, fornece todo o pessoal instructor e organiza os campos de instrução ministrando a instrução à guarda nacional, às reservas organizadas, aos oficiais da reserva, às tropas das diferentes unidades e ao elemento civil. Em tempo de guerra fornece o pessoal necessário aos campos de instrução, que então se criarem.

França

As reivindicações dos sargentos.—Como já aqui temos notado, no exército francês há falta de sargentos e as dificuldades crescem agora com as novas armas e especialidades a introduzir na organização dos modernos exércitos. Os sargentos queixam-se dos diminutos vencimentos que tem e do futuro pouco próspero que os espera quando tenham de deixar o serviço activo.

Por isso tem formulado reivindicações tendentes a melhorar a sua situação moral e material.

Assim desejam que desapareça a classificação de *readmitidos*, pois os oficiais também não são classificados como readmitidos após a terminação do tempo legal de serviço activo a que são obrigados. E, suprimida esta classificação, exigem que desapareça também o distintivo que usam os readmiti-

dos. Desejam também que lhes seja permitido assistir às conferências de oficiais, o que até aqui lhes tem sido vedado.

Sob o ponto de vista material, querem:

1.º—Que haja um vencimen o único, e não soldo, gratificações e subsídios, vencimentos estes muito incertos e que não influem na reforma;

2.º—Que a partir dos 15 anos de serviço, tenham direito a uma reforma proporcional, e aos 25 anos uma reforma máxima;

3.º—Que todos os sargentos, seja qual fôr a sua situação de serviço, tenham direito à promoção;

4.º Que lhes seja permitido ter diáriamente, por algumas horas, um soldado como *impedido*, ou que então lhes seja abonada uma subvenção equivalente.

5.º—Que a nomeação para os emprêgos civis não seja sofismada.

Como se vê, as reivindicações não são exageradas.

Compilação das leis orgânicas do exército.—Tornando-se indispensável compilar as alterações introduzidas na organização do exército desde 1910, foi reunido em volume tudo o que desde aquela data tinha sido alterado por disposições posteriores, ficando agora em dia a organização relativa: à administração do exército; ao corpo de fiscalização (organização, condições de concurso, programas de exames); ao serviço de artilharia (organização dos estabelecimentos e comandos); ao serviço de engenharia (organização das direcções); ao serviço de intendência; ao recrutamento dos funcionários e dos oficiais de administração; ao serviço de saúde (organização, médicos, farmacêuticos, dentistas, oficiais de administração); ao serviço religioso; à organização dos veterinários militares; ao serviço de recrutamento; à organização dos interpretes militares; aos oficiais indígenas na Argélia, Tunísia e Marrocos; à organização da gendarmaria e sua distribuição; ao corpo das alfândegas e caçadores florestais; organização das cantinas; etc.

Prêmios de alistamento e gratificações de readmissão.—Por decreto de 22 de fevereiro p. p. foi alterado o decreto de 11 de janeiro de 1913, relativamente aos prêmios de alistamento a longo prazo e às readmissões.

As praças que se alistam por um período de 4 anos recebem um prémio de 1.000 francos; as que se alistam por 6 anos recebem 2.000 francos.

À 1.ª readmissão, por um período de 6 meses, corresponde uma gratificação de 150 francos, sem distinção de posto. Os que contraem uma readmissão por um ano, ou mais, recebem uma gratificação de 1 200 francos por cada ano, a partir do 4.º ano de serviço, os sargentos; e de 1000 francos os cabos e soldados.

As praças que se alistam, ou que se readmitem para servir em Marrocos tem gratificações especiais de readmissão, sendo as readmissões por períodos tais que permitam elevar o tempo de serviço a 3, 5 anos, 4 anos, 4, 5 anos e 5 anos.

Os que se alistam ou readmitem de maneira a servirem por mais de 5 anos, recebem, a partir do 6.º ano e até ao 10.º, uma gratificação especial anual, além de um prémio calculado à razão de 1.000 francos por cada ano, para os sargentos, 900 francos para os cabos e 300 para os soldados.

As praças que se alistam para as tropas coloniais, recebem um prémio de 1250 francos por um período de 4 anos, e de 2500 francos por um período de 5 anos. Há ainda readmissões especiais por períodos de 6 meses e de um ano, sendo de 1 475 francos por cada ano para os sargentos e de 1250 francos para os furrieis, cabos e soldados.

Cursos de mecânicos da escola militar de Billon e da escola Hanriot.—Junto da escola militar preparatória de Billon criou-se um curso de mecânica com o fim de preparar graduados especialistas para os diversos serviços técnicos do exército. Os que proveem de artilharia seguem ali um curso que os habilita para desempenharem as funções de sargentos automobilistas, sar-

gentos chefes mecânicos, sargentos chefes espingardeiros, sargentos chefes artifices, ajudantes e ajudantes chefes artifices de artelharía, etc.

Os sargentos habilitados com aquele curso, e desempenhando quaisquer daquelas funções podem conservar-se nelas, mesmo depois dos 15 anos de serviço.

Terminado o curso, vão fazer estágios nos diferentes estabelecimentos e oficinas militares, não só para desenvolverem a sua habilitação manual, mas para serem seleccionados para as diferentes especialidades. Durante as férias escolares também os alunos são autorizados a ir trabalhar nas diferentes oficinas militares dependentes da artelharía ou do trem de equipagens, onde executam exclusivamente trabalhos manuais.

Ainda um outro curso de mecânica é organizado na escola Hanriot, destinado especialmente ás praças do corpo de aviação. Este curso tem a duração de um ano, e a ele podem concorrer as praças que sejam readmitidas e lhes falem pelo menos 2 anos para terminarem o tempo de serviço, ou que contraíam uma nova readmissão de 2 anos antes de entrarem na escola. Os alunos deste curso fazem um estágio de 4 meses no centro de instrução de Bordeus.

Naquella escola são admitidos 100 alunos.

As praças habilitadas com este curso terão uma promoção mais acelerada, e receberão as seguintes gratificações diárias:

Ajudantes.....	5 francos
Sargentos.....	4,50 »
Cabos.....	4 »
Soldados	3,50 »

Ha ainda um outro curso de mecânicos em Lyon (para 150 alunos) e vai abrir-se um outro em Nimes (também para 150 alunos).

Serviço de infantaria. — No projecto de reorganização do exército é criado um *serviço de infantaria* análogo aos serviços de artelharía, de aeronáutica, de engenharia, de intendência, etc.

A cargo do *serviço de infantaria* ficará o armamento de pequeno calibre com as suas respectivas munições:

Armas portateis de todos os modelos (armas brancas e armas de fogo

As metralhadoras de todos os modelos e as pequenas viaturas (as viaturas pesadas continuam a cargo da artelharía);

Os engenhos de acompanhamento da infantaria com as viaturas ligeiras;

As peças de 37 m/m; os carros de combate; as auto-peças; as granadas; as munições das armas e engenhos; os artificios de sinalização.

Inglaterra

O novo regulamento da cavalaria. — Foi recentemente (fevereiro de 1921) publicado um novo regulamento para a cavalaria, em harmonia com as lições da Grande Guerra.

O regulamento compreende dois volumes:

O I.º volume trata da instrução e das manobras das diferentes unidades de cavalaria.

O II.º volume trata do emprêgo da cavalaria em campanha.

O *regimento* é comandado por um tenente-coronel, tendo como 2.º comandante um major, e compreende:

1 esquadrão de especialistas (sinaleiros, 2 metralhadoras anti-aéreas);

3 esquadrões de fileira;

1 pelotão de metralhadoras (4 peças).

O *esquadrão* é comandado por um major ou por um capitão com 3 pelotões de fileira e pelotão de fuzileiros-metralhadoras.

O *pelotão* tem 3 esquadras.

O *pelotão* do F. M. (Hotchkiss) compreende 4 esquadras, cada uma com uma F. M. e 6 cavalos de mão. A instrução da carabina constitui um capítulo especial. Para o combate a pé conta-se com $\frac{3}{4}$ do efectivo de cada pelotão, ficando $\frac{1}{4}$ para a guarda e deslocamento dos cavalos. Não ha *grupo de esquadrões*.

O regulamento nada contém sobre o emprego de granadas, donde se conclue que não está previsto o seu emprego pela cavalaria.

No capítulo, que trata dos cuidados a ter com os cavalos determina-se que sejam diariamente ministradas 4 rações, sendo uma antes do trabalho, e que no tempo frio se dê três vezes agua aos cavalos e 6 a 9 no tempo quente.

O volume II.^o compreende 12 capítulos:

Princípios gerais; descoberta; segurança; emprego do cavalo; combate a pé; emprego da F. M.; a metralhadora em cooperação com a cavalaria; a artilharia a cavalo em cooperação com a cavalaria; o destacamento de engenharia em cooperação com a cavalaria; a auto-peça em cooperação com a cavalaria; o carro de combate em cooperação com a cavalaria; o aeroplano em cooperação com a cavalaria.

O corpo de sinaleiros.—O corpo de sinaleiros (*Corps of signals*) tem um comando especial, dependendo directamente da *repartição de operações* do estado maior general.

O corpo de sinaleiros compreende:

Companhias de construção, auto e hipo-moveis; companhias rádio-telegrafistas, compreendendo um número variavel de secções auto e hipomóveis, radiogoniometricas, radio-automoveis e rádio-ligeiras; companhias de cabos; companhias de exploração e conservação; companhias telegráficas de caminho de ferro.

O serviço de sinalização compreende as transmissões militares pelo telégrafo, pelo telefónio, T. S. F., T. P. S., ópticas, mensagens, em todas as grandes unidades até à brigada de infantaria e grupo de batarias.

O material empregado abrange: o material de fios (telefónico e fullerrónico); material sem fios e T. P. S.; e material óptico diverso.

Como agentes de transmissão empregam: estafetas, cães, pombos, etc.

Os officiaes do corpo de sinaleiros são recrutados entre os officiaes das diversas armas, não tendo mais de 25 anos, possuindo conhecimentos matemáticos e tendo, pelo menos 3 anos de serviço como official. Os candidatos vão fazer um curso especial de um ano à escola de transmissões (School of Signals), devendo fazer um exame no fim do curso. Os aprovados, vão fazer estágio de 4 anos numa unidade do Corpo, e no fim regressam à unidade de origem, voltando no fim de 3 anos a fazer um novo estágio. Terminado este, é que podem entrar no quadro dos officiaes do Corpo de sinaleiros. Os officiaes em serviço neste Corpo (do quadro e tirocinantes) recebem uma gratificação especial que varia de 2 a 8 shillings por dia, desde alferes a coronel.

Os sargentos e soldados recebem também gratificações especiais. O corpo de sinaleiros é constituído por 202 officiaes e 4.207 praças.

Em cada *divisão* há 3 companhias de sinaleiros, sob o comando de um official, que recebe as instruções do E. M., e junto do qual permanece. Este official tem como auxiliares 1 official adjunto e 1 official rádio.

O comandante da 1.^a companhia é encarregado da construção e conservação das linhas, das transmissões com as brigadas, dos pombos e cães, e dos transportes das transmissões divisionárias. O comandante da 2.^a companhia está junto do E. M. de artilharia e dirige as ligações das unidades da artilharia. O comandante da 3.^a companhia trata do funcionamento das transmissões no quartel general da divisão.

Italia

Recrutamento dos oficiais.—Terminada a guerra, as escolas militares tinham deixado de receber candidatos a oficiais, e só funcionavam para completar a instrução dos oficiais promovidos durante a guerra em cursos reduzidos. Um curso especial foi iniciado em dezembro de 1921 unicamente para os oficiais de complemento que queiram passar aos quadros permanentes. Este curso funciona na escola de Modena, mas é independente do curso destinado ao aperfeiçoamento dos oficiais nomeados durante a guerra. Foram admitidos em primeiro lugar os alunos com os cursos dos colégios militares, saídos em 1919, 1920 e 1921, podendo entrar 40 alunos. Foram ainda destinados 60 lugares para os mancebos habilitados com os cursos dos liceus, tendo 18 a 24 anos de idade, devendo ser: 30 para infantaria, 5 para cavalaria, 15 para artilharia e 10 para engenharia.

O curso compreende 2 períodos de 3 meses cada um. No fim do 1.º período os alunos fazem um exame e são nomeados cabos; no fim do 2.º período fazem outro exame, que habilita para a nomeação de sargento. Terminado o curso, os sargentos vão para uma unidade da arma fazer serviço durante 3 meses, no fim dos quais seguem um curso complementar de um mês, fazendo no fim o exame de oficial de complemento.

Só depois é que poderão ir fazer o curso para oficiais do exército activo.

Os cursos para oficiais do exército activo só são reabertos em outubro de 1922, devendo ser de 3 anos para as armas de infantaria e cavalaria e de 4 anos para a artilharia. Ainda não foi fixada a duração do curso para a engenharia.

Os oficiais que terminarem os seus cursos, serão nomeados então tenentes das respectivas armas.

Recrutamento dos médicos militares.—Em 1 de dezembro p. p. foi aberto o curso, na escola de aplicação de saúde militar, destinado aos candidatos a médicos dos quadros permanentes. O curso dura 4 meses, podendo a ele concorrerem os oficiais médicos de complemento e da milícia territorial, não tendo mais de 32 anos, assim como os médicos civis diplomados, não tendo mais de 28 anos de idade, os quais serão nomeados médicos de complemento na ocasião da admissão à escola. São admitidos 50 candidatos.

Escolas de preparação para sargentos.—Em harmonia com o decreto de 20 de abril de 1920, foram criadas 15 escolas para o recrutamento de sargentos.

É criada uma destas escolas em cada um dos corpos de exército de Turim, Milão, Verona, Bolonha e Trieste, e 2 escolas em cada um dos corpos de exército de Florença, Roma, Nápoles, Palermo e Bari.

Em breve devem ser publicadas as organizações destas escolas e os locais da sua instalação.

Suissa

Orçamento militar para 1922 do exército suíço.—Segundo o projecto de lei apresentado às camaras pelo «*Conselho federal*», o orçamento militar para 1922 eleva-se a quasi 81 milhões de francos, o que representa um aumento de 21 milhões em relação ao orçamento de 1920. Este aumento é devido não só ao maior número de escolas de repetição, mas principalmente ao aumento dos soldos e ao aumento considerável de preço, que sofreu o material e a mão de obra. As despesas com o exército são assim repar- tidas:

Pessoal de administração	4,5 milhões
Pessoal de instrução	3,2 "
Instrução	3,2 "
Fardamento, equipamento e armamento	8,4 "
Cavalos da cavalaria	7,4 "
Subvenção ás sociedades militares	5,1 "
Material de guerra	11,2 "
Fortificações	2,0 "
Serviço topográfico	1,5 "
Subsídios aos estabelecimentos em <i>régie</i>	1,1 "
Aviação e serviço automovel	1,7 "
Pensões	2,6 "
Total	80,9 milhões

Consequências das mais apertadas exigências das juntas de inspecção.—

Em virtude das instruções dadas ás juntas sanitárias, foi consideravelmente reduzido o número de mancebos apurados para o serviço militar da classe de 1921.

Em certos países isto seria considerado um benefício, pois, em geral, muitos se dariam por satisfeitos em serem julgados incapazes do serviço militar. Na Suíça, porém, em que existe um exército de milícias, e por isso não seria de extranhar a falta de espirito militar, pelo contrário, a preparação de todo o cidadão para a defesa da pátria, é considerada como o mais sagrado dever a cumprir. Dominados por este sentimento, mais de 3.000 mancebos da classe de 1921, e que tinham sido julgados *incapazes*, reclamaram desta classificação e pediram uma junta de revisão, que julgou aptos uma parte daqueles mancebos.

Como naquele país se mantem ainda o mais acendrado patriotismo!

ainda curioso para notar o seguinte facto: Os mancebos julgados incapazes de prestar o serviço militar são, especialmente nas povoações rurais, apontados como cidadãos desclassificados, e há até povoações em que os homens que não prestam o serviço militar tem dificuldade em arranjar noiva, tanto as mulheres suíças sentem antipatia por quem não é capaz de satisfazer ao mais sagrado dever de cidadão.

Ainda sob o ponto de vista do direito constitucional, muitos tem julgado as Instruções da autoridade federal, restringindo o direito da prestação do serviço militar, como uma violação da Constituição. Reduzir os efectivos das classes, é reduzir o efectivo do exército no caso de uma mobilização, e quando, por medidas economicas, se procura diminuir a capacidade combativa de uma nação, corre-se o risco de se criar situações análogas áquelas em que se encontraram a Belgica em 1913, a Servia em 1915, a Rumania em 1916, o Egipto e a Anatólia turca.

CRÓNICA MARITIMA

Brasil

O Presidente da Republica anuncia a intenção do governo de reorganizar a marinha nacional, construindo um arsenal e carreiras de construção, modernizando as unidades existentes e adquirindo novos navios.

Chile

A pedido do Governo Chileno, o Almirantado Britânico autorizou o capitão de mar e guerra G. N. Tomlin a servir durante dois ânos como presidente da Escola Naval de Guerra, de Valparaizo.

Estados-Unidos

Redução do pessoal.—O Secretário da Marinha propoz na Câmara dos Representantes a redução para o ano de 100 000 para 90 000, no pessoal inferior, mantendo-se o número de oficiais. Recomenda ainda à Comissão da Câmara que 100 destroyers sejam desarmados, devendo estas medidas trazer ao orçamento uma redução de 70 milhões de dolars.

Couraçados transformados em transatlânticos.—Alvitra-se que os cruzadores de batalha em construção e que pelo acôrdo de Washington devem ser alienados, sejam transformados em grandes paquetes rápidos. Tal transformação produziria navios mercantes com a máxima defesa em caso de abaloamentos, ou outros acidentes de mar. A sua parte imersa é dividida em muitas centenas de compartimentos, com quatro até seis cascos, uns dentro dos outros, sendo ainda esta divisão lateral sub-dividida transversalmente por grande número de anteparas transversais. Mas, esta mesma sub-divisão será uma das causas de grande dispêndio nas reconstruções: as acomodações para passageiros, bagagens, malas, etc., obrigariam a eliminar muitas das sub-divisões.

O tratado sobre a guerra submarina.—Além dos artigos dêste tratado, que publicámos em crónica anterior, êle inclui mais os seguintes:

Art. 4.º—As potências signatárias reconhecem que é praticamente impossível utilizar os submarinos na destruição do comércio, sem violar, como foi feito durante a guerra de 1914-18, os principios universalmente aceitos pelas nações civilizadas, para a protecção dos neutros e dos não combatentes, e, no desejo de fazerem reconhecer universalmente como incorporada no Direito das Gentes a interdição de empregar os submarinos na destruição do comércio, acordam em considerar-se ligadas dóravante entre si por esta interdição e convidar todas as outras nações a aderirem ao presente acôrdo.

Art. 5.º—O emprêgo em tempo de guerra dos gases asfixiantes, tóxicos ou similares, assim como o de todos os liquidos, matérias ou processos análogos, tendo sido justamente condenado pela opinião universal do mundo civilizado, e tendo sido formulada a interdição dêste emprêgo nos tratados em que são parte o maior número das potências civilizadas:

As potências signatárias, no desejo de fazerem conhecer universalmente como incorporado no Direito das Gentes esta interdição, que se impõe igualmente à consciência e à prática das nações, declaram reconhecer esta proibição e concordam em considerar-se ligadas entre si a êste respeito e convidam todas as outras nações civilizadas a aderirem ao presente acôrdo.

Comissão para o Direito da Guerra Marítima.—Como uma das consequências da Conferência de Washington, anuncia-se a próxima nomeação de uma comissão de representantes das cinco grandes potências, para examinar se as regras de Direito Internacional, actualmente existentes, abrangem os novos métodos de ataque ou de defesa, derivados dos novos agentes de guerra e, caso não abranjam, propôr quais as alterações a introduzir no Direito das Gentes.

Não se diz se as *resoluções Root* e demais artigos do acôrdo sobre a guerra submarina ao comércio serão mantidas, ou se todas as questões relativas à guerra submarina serão levadas perante a comissão.

Construção de submarinos.—O Ministério da Marinha deu ordem para que se iniciasse a construção de 111 submarinos.

França

Política naval.—No «*Moniteur de la Flotte*» o tenente Jouffrey publica o que êle diz serem as ideias de muitos dos officiais franceses sobre a poli-

tica naval da França. É necessário que se conte com a França. Mas, ¿ como poderá contar-se com ela, se não pode ter o número suficiente de navios capitais, para opôr a um adversário poderoso? Vmo-lo durante a guerra: são-nos necessários submarinos. Arma defensiva, para a protecção das nossas costas, concorrendo com a artilharia e os camios minados, é uma arma ofensiva de primeira ordem, contra os navios de combate ou de abastecimento do inimigo, pelo canhão, pelo torpedo, pelo lançamento discreto de minas.

A segunda arma da França será o avião, mas não o avião de bombardeamento: a bomba era a arma indicada contra o submarino, por isso a aviação francesa, construída apenas contra os submarinos, não corresponde ao ataque dos navios de superfície. A arma do avião deve ser o torpedo.

Termina pedindo que a França possua uma aviação marítima poderosa, mas sobretudo uma flotilha submarina numerosa e aperfeiçoada.

«Então, apesar do pequeno número dos nossos couraçados, poderemos levantar a frente. De quantidade desprezável que somos actualmente, passaremos à categoria de pessoas que é preciso não desdenhar. A marinha francesa recomeçará a viver.»

Economias.—M. Raiberti, ministro da marinha, acaba de nomear uma comissão de economias do seu ministério. Presidida pelo chefe do gabinete militar, tem por missão examinar e indicar à atenção do ministro todas as propostas de economias que lhe submeterem os diferentes serviços, no mar, como em terra.

Holanda

O problema da defesa colonial.—As funções da marinha como veem expressas no memorandum do governo são: «Na Holanda, guardar as proximidades das entradas dos estuários, enquanto os submarinos operam na ofensiva.

«Nas Indias Orientais, por meio de operações no mar, impedir o inimigo de se estabelecer nas ilhas; impedir a sua marcha para o interior, se conseguiu desembarcar; ameaçar os seus transportes e linhas de comunicação e tomar parte na defesa local. Estas funções serão desempenhadas por pequenos barcos, visto não poderem adquirir-se os *navios capitais*».

Em comunicações anteriores, tinha sido feita alusão a que o governo holandês solicitaria o auxilio de uma ou mais das grandes potências, no caso de serem ameaçadas as suas colónias no Oriente, sendo a função das forças navais locais, conservar o invasor em cheque, até que chegasse o desejado socorro.

O esquema de defesa compreende várias bases fortificadas, em Batávia e em Soerabaya e a construção de 2 cruzadores ligeiros de 5.200 toneladas, 13 destroyers de 1.000 toneladas, uma flotilha de submarinos e mais de 100 aviões. Muitos holandeses são, contudo, de parecer que as colónias nunca poderão ser defendidas contra uma grande potência e que a sua segurança dependerá da boa disposição, para com a Holanda, das suas vizinhas na Europa e no Extremo Oriente.

Inglaterra

Economias.—A comissão Geddes, nomeada para efectuar grandes reduções no orçamento britânico, propõe no orçamento de marinha uma redução de 21 milhões de libras, 20 milhões no do exército e 5,5 milhões no da força aérea.

As principais recomendações são: A criação de um Ministério da Defesa, para coordenar os serviços dos três ministérios militares; redução de 35.000 oficiais e praças, num total que é de 121.600; redução dos estabelecimentos em terra (navais ou civis) e grande substituição do pessoal civil destes estabelecimentos por pessoal militar, que é necessário conservar para a mobilização;

redução das despesas de instrução, de investigações científicas e de experiências; redução dos trabalhos confiados aos arsenais do Estado, enquanto o seu preço não baixar ao nível comercial; substituição judiciosa da aviação às antigas armas (cruzadores ligeiros).

Estas economias são, segundo a Comissão, inspiradas na política que o próprio governo fixou em 1919: «Nenhuma guerra é de prever dentro de 10 anos.» São além disso independentes das que possam provir da Conferência de Washington.

A fusão dos três ministérios em um único levanta grande discussão. No parecer da Comissão, «todos os argumentos de carácter económico, que têm sido apresentados para a absorção da força aérea, pelos outros dois serviços mais antigos, se aplicam também à fusão dos três serviços em um ministério. Seria então possível uma completa coordenação nos abastecimentos, nos transportes, na educação, nos serviços médicos, etc.»

O governo, porém, anuncia que não pretende pôr em execução esta proposta, porque uma questão de princípio tão importante exige um exame cuidadoso, devendo os seus diversos aspectos ser considerados por sub-comissões do Conselho de Defesa Imperial, principalmente com o fim de estudar a possibilidade de combinar certos elementos dos Estados Maiores dos três serviços.

Logo em seguida à publicação do relatório da comissão, o almirantado publicou um memorandum protestando contra os cortes. Conquanto concorde que muitos dos alvitres são uteis, o Almirantado afirma que, no que se refere às principais recomendações «tem as melhores razões para discutir a exactidão e os critérios da comissão. As recomendações de maior vulto baseiam-se numa séria falta de compreensão do carácter e necessidades da nossa organização naval e do efeito que tem sobre estas necessidades a nossa experiência da última guerra.»

Em resultado de um estudo conjunto da Comissão Geddes e de uma Comissão especial do Gabinete, presidida por Mr. Churchill, as reduções efectuadas nos serviços de Marinha, tendo em atenção as resoluções da Conferência de Washington, fazem descer a 61 milhões de libras o orçamento para 1922-3, com um corte total de 22 milhões sobre a primitiva proposta orçamental.

Investigações científicas na marinha.— Entre as reduções propostas pela Comissão, a que se refere às investigações científicas produziu descontentamento no serviço, atendendo ao convencimento geral de que tais investigações concorrem poderosamente para a eficiência da Armada. Ainda hoje, a Inglaterra gasta com estes serviços menos do que gastava a Alemanha em 1914, e não se pode negar que os alemães colheram um benefício considerável destas investigações e que «se a Inglaterra tivesse trabalhado na mesma escala, as perdas materiais durante a guerra teriam sido menores do que foram».

Supr macia do navio capital.— Respondendo à pergunta de um deputado sobre se «em vista da importância atribuída à arma submarina nos centros navais franceses, e à tendência para desenvolver em França os submarinos, de preferência aos navios capitais, não seria conveniente, nas novas circunstâncias políticas, adiar a construção dos dois navios capitais, atribuídos pela conferência de Washington, de forma que a importância respectiva pudesse ser gasta no interesse da melhor defesa da marinha mercante contra a nova ameaça», o Secretário Parlamentar do Almirantado respondeu que «o Almirantado faria tudo para assegurar que quaisquer somas inscritas no orçamento de marinha fôssem gastas segundo os melhores interesses da defesa naval, incluindo a defesa da marinha mercante. Uma das mais importantes medidas para assegurar esta defesa serão os dois navios capitais a construir.»

A evolução do «destroyer».— A atenção dirigida para os progressos do submarino e para a transformação do couraçado, tem feito passar despercebida a evolução do destroyer.

Os primeiros barcos desta classe, tinham 250 toneladas e uma veloci-

dade de 27 nós, com armamento de 65 mm. e três tubos lança-torpedos. Destinavam-se a fazer face ao ataque dos minúsculos torpedeiros contra os grandes navios, mas em breve usurpavam as funções destes, crescendo continuamente em dimensões, até quasi se fundirem com o cruzador ligeiro.

As suas qualidades nauticas deixavam, no começo, muito a desejar, perdendo rapidamente a velocidade com mar agitado. Daí veio o aumento das dimensões e da potência de máquinas, subindo a velocidade a 30 nós, a máxima realizavel com máquinas alternativas. O advento da turbina e do combustível liquido, permitiu aumentar a velocidade; o emprêgo de aços especiais permitiu reduzir o peso da construção; a sua estabilidade mereceu também um cuidado especial, em vista do peso consideravel do armamento, montado acima da sua altura metacêntrica.

As suas funções diferem também muito das do primitivo destroyer. Destinado inicialmente a repelir os torpedeiros no seu ataque aos grandes navios, hoje uma das suas principais funções é executar estes mesmos ataques e formar uma cobertura em volta dos próprios grandes navios, tanto couraçados, como cruzadores, a fim de impedir os ataques dos destroyers e dos submarinos inimigos. Durante a Grande Guerra, o destroyer mostrou o seu grande valor como ant doto do submarino, e ainda no comboio de transportes e navios mercantes. Estas esferas de acção tão diversas mostram a grande expansão que se deu neste tipo relativamente à sua primitiva função, ao mesmo tempo que uma comparação entre os barcos de 2.000 toneladas e 50.000 cavalos de hoje e os barcos de 250 toneladas e 3.000 cavalos de ha trinta anos mostra o seu desenvolvimento extraordinariamente rápido.

Peru

Estão actualmente em construção, em Italia, para o Perú, 3 submarinos, oferecidos ao govêno por subscrição pública, e que terão os nomes de Arica, Tacna e Tarapaca, as três provincias que o Perú reclama do Chile.

B. S.

Diversos

Aumento efectivo da tonelagem mundial.—A tonelagem actual excede em 11,7 milhões de toneladas brutas á existente em 1914. Este aumento compreende navios velhos, com mais de 25 anos, no total de 5,8 milhões e 2,9 milhões de navios cisternas, empregados no novo tráfico do transporte de óleos, de forma que o excesso real sobre 1914, para os tráficos ordinários, é apenas de 3 milhões de toneladas.

Se não tivesse havido a guerra, o acrescimo normal devia ter sido de 15 milhões, faltando, portanto, 12 milhões. Apesar disto, ha hoje desarmados nos portos 10 milhões de toneladas e existe uma grande depressão nos fretes.

A causa principal desta descida nos fretes está, não tanto na excessiva produção de tonelagem, como na depressão dos tráficos, devida á escassê de produção industrial.

Fôrça relativa das três principais marinhas.—Os dados mais recentes sobre os navios em completo armamento nas três grandes potencias são os seguintes:

	Inglaterra	E. U. America	Japão
Couraçados	16	18	17
Cruzadores	33	16	29
Destroyers	72	83	56
Submarinos	46	80	19
Pessoal necessário	121.700	139.192	82.150

Submarinos em construção.—Como se sabe, a Conferência de Washington não conseguiu realizar acôrdo sôbre a tonelagem dos submarinos. Actualmente a situação internacional é a seguinte:

E. U. America	94.600 T.	das quais	40.803	em construção
G. Bretanha	80.476	»	»	»
Japão	32.219	»	»	»
França	30.873	»	»	»
Italia	20.257	»	»	»

A opinião francesa faz notar como paradoxal a situação da França, acusada em Washington de querer demasiados submarinos, não tendo um único no estaleiro.

BIBLIOGRAFIA

PERIÓDICOS

Portugal

- 1 *Revista Aeronáutica*, n.º 3 e 4 de Maio a Agosto de 1922. Director Geral de Aeronáutica. A base quarta. Martires da Aviação. Relatório da 1.ª tentativa Lisboa-Madeira. Etc.

Brasil

- 1 *Revista de Medicina e Higiene Militar*, n.º 12 de Dezembro de 1921. Higiene dos submersíveis. A tuberculose. Etc.
- 2 *Revista dos Militares*, n.º 137 138 de Novembro e Dezembro de 1921. O caso da carta injuriosa às classes armadas e a attitude do Club Militar. A batalha de 1918. Etc.
- 3 *O Tiro de Guerra*, n.º 1 de Janeiro de 1922. O caminho percorrido. A Infantaria no combate. Etc.

Chile

- 1 *Revista de Marina*, n.º 387 de Janeiro e Fevereiro de 1922. Causas politicas ocultas de la guerra submarina alemana. Provisión del tiempo. Remedios heroicos. Etc.

Espanha

- 1 *Memorial de Caballeria*, n.º 69 de Março de 1922. La iniciativa en la guerra. Misiones y combates de caballeria. Ejercicios de campaña. Etc.

Peru

- 1 *Memorial del Ejercito*, n.º extraordinario. Sr. Augusto B. Leguía. Presidente de la Republica. Sr. Garmán Luna Iglesias, Ministro da Guerra. Generalissimo D. José de San Martin. Etc.